



ESCOLA **informação**

Digital

| n° 35.set.2022 |

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA · SPGL



5 OUTUBRO 2022
**Dia Mundial
do Professor**

A **profissão
docente
transforma
a educação**

unesco **unicef**

**Dossier:
Abertura do Ano Letivo**

Sites e Blogs



Sinergias ED

<https://sinergiased.org/>

Sinergias ED é uma iniciativa coletiva iniciada em 2013 pela FGS - Fundação Gonçalo da Silveira e pelo CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, em conjunto com um grupo de Organizações da Sociedade Civil e Instituições de Ensino Superior. Acredita que a Educação para o Desenvolvimento é uma área fundamental para uma visão e ação integradas com vista à transformação social e considera para isso essencial a promoção de relações mais próximas e colaborativas entre a academia e a sociedade civil. Envolve a Comunidade Sinergias ED, nascida no âmbito do projeto Sinergias ED, assumida, atualmente, como a base e o motor principal do mesmo, uma vez que é dela que emergem e que se sustentam várias iniciativas do projeto. Nesta edição, são 61 membros ativos e organizam-se em 5 Grupos de Trabalho Colaborativo distintos: Dinâmicas Regionais, Escolas Comunitárias e Encontro Internacional, Ferramentas Digitais de Comunicação, Influência Política, Reflexão e Ação em torno da Revista Sinergias.

Edita a revista digital Sinergias – Diálogos educativos para a transformação social, disponível online. Uma revista de cariz científico, com um processo de revisão por pares, que se pretende constituir enquanto plataforma internacional de discussão e reflexão concetual, metodológica e sobre a prática no campo da Educação para o Desenvolvimento/ Educação para a Cidadania Global/ Educação para a Transformação Social.



Rizoma freireano

<http://www.rizoma-freireano.org/>

Esta revista online amplamente documentada proporciona aos estudiosos e aos profissionais, a movimentos sociais, organizações e coletividades, um espaço para a análise crítica e empírica, assim como a elaboração e apresentação de propostas, centradas nos temas das políticas educativas, as reformas do currículo e a pedagogia, as intervenções sociopolíticas e culturais, as cooperações alternativas, etc.

RIZOMA é de interesse para os estudiosos e profissionais que trabalhem em: educação infantil; educação de adultos; orientação vocacional; educação popular; cultura popular; educação à distância; aprendizagem aberta; educação multimédia, administração e organização; planificação educativa; em intervenções sociopolíticas, culturais e profissionais autónomas, em cooperações e solidariedades alternativas, etc.

O Conselho Editorial envolve editores a nível internacional, desde o Brasil ao Instituto Paulo Freire de Espanha. Na revista colaboram também portugueses como Licínio C. Lima, Maria Priscila Soares e Alberto Melo.

Sofia Vilarigues

Conquistar a Contratação Coletiva

1. Tornou-se um piedoso lugar-comum afirmar que a contratação coletiva é um pilar de um regime democrático. A sua eficácia é entendida como um dos principais objetivos do movimento sindical e uma das razões que levam os trabalhadores a sindicalizar-se. A ser assim, o bloqueio desta matéria que caracteriza o nosso país traduz-se numa limitação real da nossa democracia e contribui para a diminuição do "poder" dos sindicatos. E não há democracia que valha a pena sem sindicatos fortes.

Os dados divulgados pela CGTP-IN, a partir de dados da DGERT, nas *Prioridades da Política Reivindicativa da CGTP-IN para o Ano de 2023*, são elucidativos: em 2003 o número de trabalhadores abrangidos por contratação coletiva era de 60,2% do universo laboral. Com a caducidade introduzida em 2003 e agravada em 2009, esta relação sofreu uma diminuição drástica. No período 2016-2019 a taxa média não atingiu os 30%, em 2020 desceu para os 13,7%, em 2021 era de 18,4%. Ou seja: a democracia laboral está em causa, o patronato vai boicotando o processo de negociação de contratação coletiva; as regras de caducidade impostas em 2009 colocaram, como sói dizer-se, a faca e o queijo nas mãos do patronato, que não tem pejo em usá-la do modo mais prepotente.

Ao poder discricionário da "caducidade" junta o patronato uma outra arma: o de poder fechar contrato coletivo com micro sindicatos, que depois procura estender a todos os trabalhadores. Na nossa área sindical, o patronato, representado pela Confederação Nacional do Ensino Particular e Cooperativo (CNEF), denunciou unilateralmente o contrato coletivo com a FENPROF porque a FNE (com reduzidíssima representatividade no setor) se sujeitou a assinar um acordo que, pela perda de direitos que impõe aos professores do ensino particular e cooperativo, envergonha qualquer sindicalista que se preze. (*ler pagina 25-26*) E, claro, o patronato continua a inviabilizar qualquer acordo com a FENPROF.

O governo do PS propõe-se prolongar a proibição de denúncia de contratação coletiva até 2024. Medida paliativa que não resolve nada. Impõe-se exigir que sejam ripristinados os contratos denunciados se nos 2 anos seguintes não houver (ou tiver havido) a assinatura de um novo contrato.

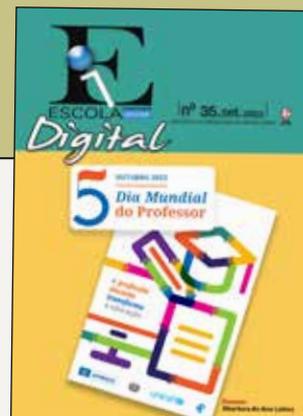
2. E para quando um verdadeiro direito de negociação coletiva para os trabalhadores da Administração Pública?

Miguel André

Nº36

SETEMBRO 2022

SUMÁRIO



4. Editorial

5. Dossier. Abertura do Ano Letivo

6. Entrevista com José Feliciano Costa

9. As propostas da FENPROF

12. As exigências reivindicativas da FENPROF são condições inevitáveis para uma Escola de qualidade

13. Início do ano letivo - continuação das lutas dos professores e educadores

14. Cidadania

O que está por detrás da inflação na Europa?

16. Fórum Liberdade e Pensamento Crítico

22. Escola/Professores

22. Plenário Nacional de Professores e Educadores

22. Apresentação e discussão do livro "Paulo Freire: um Educador no Mundo"

23. FENPROF reuniu com Ministério da Educação

24. Petição pelo reforço das carreiras docentes do ensino superior e de investigação científica

25. Ensino Artístico Especializado Privado

27. Negociações do modelo de recrutamento e colocação de professores

29. CGTP-IN: Aumento geral dos salários como questão reivindicativa central

29. 3.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF

30. Pelo Planeta

Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém-Torres Novas

31. O que fica igual e o que muda

32. O deserto do herói

32. Livro de Vozes e Sombras vence prémio Urbano Tavares Rodrigues 2021

33. Opinião

Cimeira da ONU - Transformar a Educação

34. FENPROF lança Concurso para uma BD sobre o Dia Internacional da Mulher

35. Aos Sócios

39. Consultório Jurídico

Concursos do pessoal docente dos ensinos Básico e Secundário (5ª parte)



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . **Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguiña, Carlos Leal . **Redação:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas). **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha. **Capa:** D. Petinha **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **SPGL** . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . **NIPC:** 501057528 **Periodicidade:** Mensal. **Depósito legal:** 9157/85 . **ICS:** 109893.



José Feliciano Costa
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

É tempo de exigirmos medidas concretas. É tempo de mudar as coisas.

Uma saudação muito especial e um bom recomeço são os desejos da Direção do SPGL para este ano letivo que começou com os velhos problemas e que, infelizmente, duram e perduram. Os horários sobrecarregados pelo permanente conflito entre o que é considerado atividade letiva e não letiva, o uso e abuso da proliferação de reuniões quase sempre marcadas para além das 35 horas, sem serem consideradas trabalho extraordinário e um corpo docente cada vez mais envelhecido e desgastado pelo exercício continuado de uma profissão em condições muito negativas.

Uma carreira por regularizar, pela não recuperação do tempo em falta e pelo bloqueio da progressão aos 5.º e 7.º escalões; este ano fomos até “brindados” com a saída das vagas para a progressão a estes dois escalões mais de seis meses após ter terminado o prazo legal e com o número de docentes retidos nestes escalões a aumentar 24,2% ou seja, 5477 docentes, muitos deles avaliados com Muito Bom e Excelente, mas penalizados pelo perverso sistema de quotas deste iníquo processo.

Depois, claro, ainda a eterna precariedade, num sistema que usa e abusa da contratação a termo como, aliás, é reconhecido pela própria Comissão Europeia, que voltou a abrir contra o Estado Português um procedimento por infração devido ao incumprimento da legislação da UE nesta matéria.

O ano letivo começa, pois, com todos estes problemas e a já crónica falta de docentes devidamente qualificados, que resulta essencialmente da desvalorização da carreira docente, fruto de políticas de desinvestimento na Educação, efetuadas por sucessivos governos e que este ainda não mostrou vontade de alterar.

Os meses de agosto e de setembro foram férteis em reuniões com o ME. Das reuniões propriamente ditas, serviu a primeira, a 4 de agosto, para dizermos ao ME que esperávamos firmar um Protocolo Negocial com o objetivo de calendarizar um conjunto de matérias para negociar durante esta legislatura. Afirmámos, também, que era para nós fundamental a construção de um compromisso para iniciar um processo negocial que permitisse concretizar questões que para nós são fundamentais, ligadas, claro, à valorização da carreira docente.

A segunda reunião, a 26 de agosto, surgiu pela intenção do ME em alargar as habilitações próprias aos graduados dos cursos pós-Bolonha e até a grupos de recrutamento que nunca existiram, tentando disfarçar a crescente falta de professores que resulta de uma carreira desvalorizada e degradada nas suas condições de exercício.

Na reunião de setembro, no dia 22, e em resposta às intenções do ME, a FENPROF apresentou os seus pressupostos para a negociação sobre o regime de recrutamento e concursos. Afirmámos claramente que o único critério que reconhecíamos como transparente, justo e objetivo para a contratação e graduação de docentes era o concurso nacional assente na graduação profissional.

Aproxima-se o Dia Mundial do Professor e também o início da discussão do Orçamento de Estado para 2023. É o momento de reafirmarmos as nossas reivindicações e as nossas prioridades. É o tempo de exigir a este Ministro da Educação que se disponibilize para reunir com a FENPROF e iniciar já a negociação dos 10 pontos do protocolo entregue no início de agosto. É tempo de exigirmos medidas concretas. É tempo de mudar as coisas. É tempo de ser tempo dos professores. ■



■ **Abertura do Ano Letivo**

Iniciamos este dossier com uma entrevista com José Costa, presidente do SPGL, que passa em revista, quer o processo negocial em curso com o M.E., quer o conjunto mais candente de questões que, neste ano letivo, se colocam aos professores e à escola. Destaque ainda para um protocolo negocial, proposto pela FENPROF, que permitirá estabelecer caminho para valorizar a profissão docente.

O início do ano letivo vem marcado – como já se esperava – por um elevado número de falta de docentes em muitas escolas. Uma falta de professores intimamente ligada à desvalorização da profissão e da carreira docente. “As exigências reivindicativas da FENPROF não são apenas justas reivindicações corporativas: são condições inevitáveis para a salvação de uma Escola de qualidade”, como se sublinha no texto que encerra o dossier. ■

José Costa: “É tempo de ser tempo dos professores”

Entrevista com

José Feliciano Costa

Presidente do SPGL / Secretário Geral Adjunto da FENPROF

“A FENPROF não vai desistir de exigir um processo negocial autónomo para as questões do Protocolo. Vamos, portanto, dar centralidade a este documento”. Esta uma questão particularmente destacada na entrevista com José Costa, em que o presidente do SPGL faz um primeiro balanço do início do ano letivo.



Foto: Joana Rodrigues

• **Lígia Calapez**
Jornalista

Tendo em conta as reuniões realizadas em agosto, com o MEC, que perspectivas para negociações futuras? Há alguma mudança a registar? Podes fazer, para a EI, uma análise circunstanciada do que esteve a ser discutido? O que se avançou, ou não?

No mês de agosto, a FENPROF reuniu duas vezes com o ME, a 4 e a 26. Na reunião do dia 4, destaco a entrega de um Protocolo Negocial (*ver página 8*), cujo objetivo é calendarizar um processo

de negociação para que, durante esta legislatura, se chegue a acordo sobre um conjunto de matérias que precisam de resolução urgente e que são fundamentais. O Protocolo tem 10 pontos que elencam questões centrais. O Ministro mostrou-se bastante recetivo, comprometendo-se a analisar as propostas e até acrescentar mais algumas, mas não temos mais nada, apenas uma manifestação de intenções. Esta reunião serviu, também, para colocar ainda um conjunto

de outras questões, que queremos ver esclarecidas e resolvidas; algumas, de pequenos grupos de professores, outras de carácter mais geral ligadas ao próprio funcionamento das escolas. Por exemplo, a mobilidade por doença, os cortes na mobilidade estatutária, o suposto corte no crédito de horas às escolas, que afinal não se confirmou, a questão dos grupos de recrutamento da Intervenção Precoce e do Teatro e ainda o insólito arrastar da resolução da situação dos professores pre-

cários das escolas artísticas António Arroio e Soares dos Reis.

No dia 26 de agosto, voltámos a colocar algumas das questões já abordadas na reunião anterior, mas a questão central desta reunião era a proposta de alteração do despacho que permitia alargar a possibilidade de contratar docentes com habilitação própria através das ofertas de escola, o que já acontece aos licenciados pré-Bolonha. O despacho permite, agora, alargar esta contratação aos graduados pós-Bolonha. Fomos claros e dissemos que a falta de professores não se resolve com medidas avulsas, que o verdadeiro problema da falta de professores está na degradação das condições do exercício profissional da profissão e na consequente desvalorização da carreira docente; tudo isto é fruto de um desinvestimento continuado na educação por sucessivos governos, e este não tem sido exceção.

De 16 a 19 deste mês de setembro, o ministro da Educação participou na “Cimeira para a Transformação na Educação”, organizada pela ONU. Entre outros temas centrais, a Cimeira debateu a necessidade de os Estados reforçarem o investimento na Educação e a urgência de tornar atrativa a profissão docente, por via da sua valorização e da melhoria das condições de trabalho. Que esperar desta Cimeira?

Vamos ver quais as conclusões desta Cimeira das Nações Unidas, que reúne na sede da ONU chefes de Estado e de Governo de todo o mundo, com o sugestivo título, em português “Para a transformação da Educação”.

A Internacional da Educação, estrutura de que a FENPROF é membro fundador, e recorde que a presidente do Conselho Nacional da FENPROF, Manuela Mendonça, é membro do Comité Executiva da IE, apoia esta iniciativa. O Objetivo deste evento, e as palavras são do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, é tentar

obter um compromisso político ao mais alto nível, capaz de dar uma atenção urgente à Educação - ao agravamento das desigualdades, aos cortes nos orçamentos da educação e à escassez de professores qualificados.

Penso que esta pode ser uma grande oportunidade para o movimento sindical docente dar visibilidade às suas preocupações, no sentido de exigir o cumprimento dos compromissos assumidos e fazendo também ouvir a voz dos professores. A FENPROF acompanhou a preparação desta cimeira; infelizmente, o Governo português não foi consequente com algumas afirmações proferidas e acabou por não envolver os representantes dos professores na discussão e preparação desta cimeira.

De qualquer forma, estaremos atentos aos compromissos que Portugal vier a assumir e relembro que na Cimeira estiveram presentes o 1.º Ministro e o Ministro da Educação e não deixaremos de os pressionar no sentido de concretizar esses compromissos. Destaco a nossa reivindicação dos 6 % do PIB para a Educação - que é, inclusive, uma recomendação da própria UNESCO e da OIT-Organização Internacional do Trabalho. Em 2022, o Orçamento de Estado para a Educação, se não forem consideradas as transferências dos fundos europeus representava apenas 3,11 % do PIB, ou seja, pouco mais de metade do recomendado; vamos ver o que acontece em 2023.

A FENPROF e os seus sindicatos esperam poder assinar, com o MEC, um protocolo negocial que permitirá estabelecer caminho para valorizar a profissão docente, prevendo medidas para o curto prazo e outras a serem tomadas ao longo da legislatura. O ministro disse estar disponível para discutir esse protocolo na primeira reunião do processo negocial de revisão do regime de concursos. Quais as expectativas? Que itens

importará mais destacar/ defender nesse protocolo?

Voltando ao Protocolo Negocial, entretanto já entregue ao ME, foram já propostas datas para que, ainda em setembro, se iniciasse a negociação dos pontos deste documento. É claro que as simpáticas declarações do Ministro em relação ao Protocolo são positivas, agora vamos ter de perceber se esta vontade é real e se se concretiza e se existe, de facto, vontade política para resolver os problemas que afetam os docentes e a Escola Pública.

A FENPROF não vai desistir de exigir um processo negocial autónomo para as questões do Protocolo. Vamos, portanto, dar centralidade a este documento e entendemos que o mesmo não pode ser negociado no meio de reuniões onde se abordam outros temas importantes. Já dissemos que tem de haver um processo negocial autónomo que decorra ao longo da legislatura. Aliás, para nós, é fundamental que o Orçamento de Estado para 2023 preveja já verbas para algumas destas matérias, cuja resolução não pode ter mais adiamentos.

Refiro-me à revalorização da carreira docente, com a contagem integral do tempo de serviço, ao fim dos bloqueios à progressão na carreira, ao fim das quotas, ao rejuvenescimento da profissão e ao combate à precariedade.

Os professores não podem abdicar de exigir a resolução destas questões e têm de estar preparados para agir, para o protesto e para a luta com grande visibilidade.

Aliás, o problema da falta de professores é, talvez, a face mais visível desta continuada e assumida desvalorização da carreira. É, de facto, urgente que esta situação comece já a ser revertida e, repito, o próximo Orçamento tem de dar já visibilidade a esta reversão. Atrair jovens para a carreira é fundamental e recuperar os cerca de 28 mil que a abandonaram também, mas é crucial tratar bem os que cá estão.

Há professores com 25 e mais anos de serviço que não chega-

ram sequer a meio da carreira, professores que estão, em média, 14 anos num escalão quando o tempo de permanência devia ser de 4 anos. Mais de metade dos professores estão nos primeiros 4 escalões da carreira. Será que alguém pode negar que isto é, também, um congelamento, com graves repercussões no estatuto profissional e socioeconómico dos professores?

São problemas que exigem soluções urgentes, pois é a sobrevivência da própria Escola Pública que está em causa. O cenário não é animador, mais de 50 % do corpo docente irá aposentar-se até 2030, o número de estudantes inscritos em cursos de via ensino caiu cerca de 70 % na última década. Sucessivos governos sabiam o que estava a acontecer, até porque nós fomos alertando, portanto, ninguém foi surpreendido.

A falta de professores, neste momento, é uma evidência (depois de há muito vir a ser assinalada pela FENPROF e pelos seus sindicatos). Face à urgência da situação, que caminhos são considerados admissíveis - a curto prazo - pelo SPGL? E que soluções a médio/longo prazo?

No dia 22 de setembro, reunimos com o ME e o tema foi o regime de recrutamento e concursos, como aliás estava previsto, e surgiu logo uma profunda divergência, porque para a FENPROF é inadmissível que sejam as escolas a contratar e a vincular diretamente os docentes. Entregámos ao ME um documento com os nossos pressupostos para a revisão do regime legal de concursos e dissemos claramente que defenderíamos sempre o primado do concurso nacional e da graduação profissional como o único critério para a seleção de professores. Os professores vão ter de reafirmar este pressuposto fundamental.

O Dia Mundial do Professor é no dia 5 de outubro; este ano, a comemoração é feita no dia 4 de outubro, com uma concentração junto à Assembleia da República e os professores têm de perceber

que a sua presença é muito importante, temos que começar a dar corpo à indignação. Estamos num período importante pois decorrem negociações sobre temas fundamentais mas, repito, queremos abrir outra negociação, a dos temas do Protocolo Negocial; lembro que a proposta de Orçamento de Estado para 2023 é apresentada no início de outubro.

No dia 28 de setembro tivemos um Plenário Nacional descentralizado e o SPGL fez o seu; este é o momento de debater, de esclarecer e de mobilizar. Recordo o lema do último congresso da FENPROF

“É TEMPO DE SER TEMPO DOS PROFESSORES.”

Os 10 pontos do Protocolo Negocial que, na opinião da FENPROF, concretizam os aspetos relevantes para conferir atratividade à profissão docente:

1. Garantir **salários decentes**, o que implica a recomposição da carreira (tempo de serviço e vagas) e o enquadramento dos contratados de forma não discriminatória;
2. Assegurar **condições de trabalho sustentáveis** e promover o bem-estar dos professores, designadamente respeitando a organização e limite legal do horário de trabalho e eliminando burocracia;
3. Garantir o **ingresso qualificado na profissão** e uma efetiva estabilidade, nomeadamente abrindo lugares de quadro das escolas/agrupamentos de acordo com as suas reais necessidades e pondo fim ao recurso abusivo a contratos precários;
4. Rever o regime de **avaliação de desempenho**, com vista à eliminação das quotas e à sua substituição por modelo de matriz formativa;
5. Promover o **rejuvenescimento da profissão**, criando condições para o regresso à profissão dos que a abandonaram; o acesso dos mais antigos à pré-reforma e à aposentação sem penalizações no final de 40 anos de serviço; o aumento do número de jovens a frequentar cursos de formação de professores;
6. Garantir o direito a uma **formação inicial de qualidade** e a um desenvolvimento profissional contínuo;
7. Reforçar a **autoridade profissional** e o **prestígio social** da profissão docente;
8. Abordar os **desafios da igualdade e da diversidade** entre os profissionais do ensino;
9. Garantir uma **maior participação dos docentes** nas decisões de natureza pedagógica e, em geral, na gestão das escolas e dos agrupamentos;
10. Respeitar o **exercício da atividade sindical** em todos os seus domínios, comprometendo-se com o diálogo social, tornando-o consequente por via do desenvolvimento de processos negociais.

As propostas da FENPROF

O 14.º Congresso Nacional dos Professores considera imperiosa: A necessidade de tornar atrativa a profissão docente, valorizando-a, de combater desigualdades na Educação e de defender a Escola Pública, concretizando, nesse sentido, as seguintes propostas, incluindo reivindicações essenciais no mandato 2022-2025.



Foto: Joana Rodrigues

● **Melhorar e consolidar os estatutos das carreiras docentes e da investigação**, neles integrando uma robusta componente ética inerente ao desempenho profissional, fixando os direitos e os deveres socioprofissionais, bem como princípios a que deve obedecer o exercício da profissão docente em domínios como a formação nas suas diferentes modalidades, recrutamento, estabilidade, carreira, condições de trabalho, horários, incluindo o conteúdo funcional de cada uma das suas componentes, independentemente da tutela e aposentação;

● Recuperar integralmente o tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento das carreiras (em falta 6 Anos, 6 Meses e 23 Dias), independentemente da região do país em que a atividade foi exercida, bem como o que foi perdido em períodos de transição

entre diferentes estruturas da carreira, o que implica a **contagem integral do tempo de serviço e o correspondente reposicionamento**;

● **Regularizar todas as situações de carreira**, o que requer a contagem integral do tempo de serviço, já referida, o reposicionamento no escalão correspondente ao tempo cumprido e a eliminação do regime de vagas imposto para progressão aos 5.º e 7.º escalões (com este conjunto de medidas, será reposta a justiça e ultrapassado o problema das ultrapassagens que resultam do processo de reposicionamento estabelecido pela Portaria 119/2018 ou do exercício da atividade docente em diferentes regiões do território nacional);

● **Reformular o regime de avaliação de desempenho docente**, conferindo-lhe um caráter essen-

cialmente formativo, desburocratizando-o e eliminando as quotas que destroem a justiça no processo;

● **Rever os estatutos das carreiras do ensino superior**, relevando os resultados das avaliações realizadas para efeitos de progressão e promoção, acompanhado da abertura de concursos para lugares de carreira, de acordo com as necessidades efetivas de instituições e unidades de investigação, no respeito pelas disposições constantes no ECDU e ECDESP;

● Negociar e consagrar um **regime específico de aposentação** aos 36 anos de serviço, admitindo-se, no imediato, a aposentação com pensão completa a quem já tiver completado a vida contributiva (40 anos de descontos);

● A possibilidade de, por opção, o

tempo de serviço que não pôde ser recuperado na carreira ser utilizado, em termos a negociar, para **eliminar penalizações de uma eventual aposentação antecipada**;

●
Aplicar aos docentes o regime de pré-reforma, em condições a negociar, contribuindo, também por essa via, para o rejuvenescimento da profissão;

●
Eliminar abusos e ilegalidades nos horários de trabalho dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, respeitando a duração de 35 horas, bem como do ensino superior, particularmente em relação aos professores convidados, que são vítimas de variados abusos num quadro de grande exploração;

●
Melhorar as condições de trabalho, estabelecendo uma componente letiva com igual duração para todos os docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, integrando na componente não letiva individual as horas de redução decorrentes da aplicação do artigo 79.º do ECD, aplicado de igual forma em todos os graus e níveis de educação e ensino, negociando normas de organização do ano letivo que não pervertam o disposto no ECD e fixando um número máximo de turmas e níveis a atribuir a cada docente, bem como de anos de escolaridade por turma no 1.º Ciclo e, não menos importante, reduzindo o número máximo de alunos por turma e de crianças por sala na Educação Pré-Escolar;

●
Eliminar a precariedade, de acordo com o princípio do não abuso, desde logo, no recurso à contratação a termo, integrando nos quadros todos os docentes com três ou mais anos de serviço, incluindo os que lecionam nas es-

colas públicas de ensino artístico especializado, e, no caso do ensino superior e da ciência, de todos os docentes e investigadores que, preenchendo necessidades permanentes dos serviços, se mantêm com contratos a termo ou na qualidade de bolseiros;

●
Equiparar, num processo de harmonização positiva, as condições de emprego (remuneratórias, de antiguidade, de horários e outras condições de trabalho: princípio da não discriminação) entre docentes contratados a termo e os que exercem as mesmas funções integrados nos quadros, com contratos por tempo indeterminado;

●
Transpor devidamente, isto é, com eficácia, a Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho, em todas as áreas do sistema educativo em que a mesma não foi transposta, designadamente em relação a formadores, docentes de técnicas especiais, técnicos especializados, docentes das escolas públicas de ensino artístico especializado, docentes do ensino superior e investigadores;

●
Resolver, urgentemente, o problema da não declaração de 30 dias mensais de trabalho relativamente aos contratos de trabalho a termo celebrados pelos docentes para horários inferiores a 16 horas;

●
Rever o regime de seleção e recrutamento de docentes, para o que se manifesta, desde já, disponibilidade para iniciar o indispensável processo negocial, com o objetivo de consagrar, entre outras, normas que reforcem o caráter nacional, o respeito pela graduação profissional, a consideração dos docentes dos quadros em igual prioridade, em todas as fases e modalidades do concurso, e o pleno respeito pela diretiva comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho, o que impõe a adequa-

da transposição da mesma;

●
Eliminar situações discriminatórias e violadoras do ECD que afetam os **docentes das escolas públicas que exercem funções no ensino profissional**, designadamente em relação a horários de trabalho, aplicação do calendário escolar e outras que resultam de exigências do Fundo Social Europeu;

●
Rever os regimes de formação de professores, nas suas diferentes modalidades, não cedendo no grau de exigência, procurando dar resposta a problemas imediatos, reconhecendo que a natureza multifacetada do conhecimento profissional impõe uma visão ampla do profissionalismo docente que, no âmbito da formação, deverá articular adequadamente as componentes do currículo de formação com os contextos de prática e ter, ainda, em conta as dimensões ética, social, cultural e política do ensino; as modalidades de formação contínua e especializada dão sequência à inicial, mantendo atualizado o corpo docente, numa lógica de formação ao longo da vida, e dando resposta a necessidades específicas do sistema e das escolas que tenham de ser garantidas por especialistas;

●
Clarificar posições em torno das questões do currículo, designadamente em relação às aprendizagens essenciais, à existência ou não de programa nacional, à flexibilidade curricular, à gestão das matrizes curriculares pelas escolas (25% ou mais, no caso das escolas que integram o PPIP), à generalização da lecionação da expressão plástica, expressão físico-motora e expressão musical em contexto letivo no 1.º Ciclo, deixando de as remeter para as AEC, e à articulação curricular entre ciclos, aprofundando a reflexão sobre a sua organização e duração;

Garantir que as **atividades de enriquecimento curricular** assumem natureza não curricular e não letiva e têm os recursos humanos indispensáveis à sua concretização e regularização de todas as situações contratuais dos docentes que as exerçam;

Resolver problemas que continuam a afetar grupos de professores e/ou investigadores, alguns de forma agravada, tais como: conclusão dos processos ainda pendentes no âmbito do PREVPAP; criação dos grupos de recrutamento de Intervenção Precoce e de Teatro e Expressão Dramática; distinção da atividade a desenvolver, dentro do grupo 530 (Educação Tecnológica), bem como de alguns da área da música; integração dos docentes do designado nível 2 na carreira docente; contagem do tempo de serviço dos educadores de infância a exercer funções em contexto de creche; passagem da tutela pedagógica das creches do MTSS para o ME e criação de uma rede pública de estabelecimentos de creche; diferentes situações no âmbito do período probatório; mobilidade por doença; profissionalização; entre outros, propondo ao ME a criação de um grupo específico que construa propostas técnicas que tenham depois a devida consideração política;

Avaliar e rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), algo que deveria ter sido feito até 2012, mas que, dez anos volvidos, continua por fazer;

Repor a dimensão pedagógica e o carácter deliberativo na constituição e no funcionamento dos conselhos de turma;

Revogar processo de municipalização da educação, convergindo com autarquias, académicos, organizações e movimentos que o contestam, defendendo a sua reversão e a realização de um amplo debate nacional sobre descentralização nesta área;

Reintroduzir a gestão democrática das escolas, indispensável a uma verdadeira autonomia e sem a qual se tornam insuficientes e se frustram os esforços para promover junto da comunidade escolar os valores da verdadeira cidadania e democracia;

Denunciar a perversidade dos rankings de escolas, que, desde logo, promovem os colégios privados de cariz elitista e criam estigmas sobre escolas públicas, que procuram levar à prática uma verdadeira educação inclusiva;

Defender uma profunda transformação qualitativa ao nível do desenvolvimento do ensino artístico especializado, invertendo a lógica de financiamento (excessivamente dependente de fundos europeus e direcionado para o ensino privado), investindo preferencialmente no sistema público de ensino, designadamente com a expansão da sua ainda exígua rede, e promovendo novas valências de formação

artística nos agrupamentos de escolas e nas escolas do ensino secundário não agrupadas;

Promover um amplo debate, envolvendo a comunidade académica e científica, sobre os problemas gerados pelo uso inadequado e abusivo da bibliometria nos processos de **avaliação de instituições de ensino superior, docentes e investigadores;**

Acompanhar os processos de avaliação externa das escolas, visando manter e reforçar a sua autonomia, contra as lógicas de prescrição externa que pretendem pôr em causa a autonomia pedagógica dos professores e dos órgãos de decisão pedagógica;

Reforçar a autonomia pedagógica e didática dos professores, combatendo mecanismos que, por via da observação direta de aulas, possam pôr em causa a autonomia dos professores na gestão das suas aulas e nas relações com os seus alunos;

Respeitar os direitos sindicais e a representatividade das organizações sindicais, desde já e enquanto não for desenvolvido um processo de medição democrático, cumprindo o disposto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas acerca da negociação coletiva, bem como revogar as normas legais que põem em causa o direito à greve e já foram declarados ilegais pelos tribunais.■



Foto: Joana Rodrigues

As exigências reivindicativas da FENPROF são condições inevitáveis para uma Escola de qualidade

Como já se antecipava, o ano letivo 2022/2023 começou com um elevado número de falta de docentes em muitas escolas. Tendo como referência o final do mês de setembro, a FENPROF sustenta que, numa “leitura” otimista da situação, haverá entre 80 e 100 mil alunos com falta de, pelo menos, um professor. É o que pode concluir-se do inquérito promovido pela FENPROF que abrangeu 28% dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas distribuídas pelas diversas regiões do continente.

O levantamento realizado pela FENPROF apurou que, no período em que as aulas se iniciaram:

- em 3/4 dos AE / EnA faltavam professores;
- 60% dos AE / EnA das regiões da Grande Lisboa, Alentejo e Algarve já tinham recorrido a não profissionalizados, apenas portadores de habilitação própria;
- cerca de metade das escolas / agrupamentos confirmaram a

perda de horas do seu crédito global;

- em metade das escolas / agrupamentos faltam trabalhadores não docentes, principalmente assistentes operacionais.

A falta de professores faz sentir-se, sobretudo, nas áreas de Informática, Física, Química, Português, Matemática, Biologia e Geologia, mas, embora mais pontualmente, surge também em outras disciplinas, incluindo a Educação de Infância e o 1º Ciclo.

O inquérito permitiu concluir que “a falta de professores está a levar as escolas a recorrerem à contratação de não profissionalizados, apenas detentores de habilitação própria”, situação que abrange todo o país, com particular incidência na Grande Lisboa (59,4% das escolas que responderam), Alentejo e Algarve (60,4%).

A **aposentação** dos docentes agravará este quadro. Até ao final de dezembro do ano em curso aposentar-se-ão cerca de 470 docentes, a maioria dos quais com horário atribuído; ao longo do ano de 2023 aposentar-se-ão perto de dois mil docentes, o que deixa antever o agravamento da falta de professores. Registe-se que o número de professores a formar anualmente, nas chama-

das “vias de ensino” e ESE’s, é claramente inferior ao número de professores que se aposentarão nos próximos anos.

O ministro da Educação tem apontado como uma causa para a situação criada o número de baixas por atestado médico. A justificação não tem grande fundamento. O número de atestados médicos dos docentes, em geral, corresponde a pouco mais de 1% do universo, número “favorável” se tivermos em linha de conta o envelhecimento da profissão. Aliás, no universo dos docentes com baixa médica poderão estar boa parte dos 3000 docentes a quem foi rejeitada a mobilidade por doença e que, de facto, nas condições em que são obrigados a manter-se, não poderão exercer as suas funções.

A falta de professores vai manter-se nos próximos anos. Tem como causa principal a desvalorização da profissão e da carreira docente, iniciada no consulado de Maria Lurdes Rodrigues (2005) e que nenhum outro ministro tentou (ou conseguiu) inverter. As exigências reivindicativas da FENPROF (*ver pag. 9*) não são apenas justas reivindicações “corporativas”: são condições inevitáveis para a salvação de uma Escola de qualidade. ■

Início do ano letivo

continuação das lutas dos professores e educadores

Ouvir os professores

- . **21 de setembro:** decorreu um Plenário Nacional de Professores contratados, desempregados e em funções nas AEC.
- . **28 de setembro:** decorreu um Plenário Nacional de Professores e Educadores (descentralizado por sindicatos)

A luta na rua



- . **4 de outubro, 15h00:** Comemorando o Dia Mundial do Professor: Plenário Nacional na escadaria junto à Assembleia da República (ver pág. 22)
- . **15 de outubro, 15h00:** Manifestação promovida pela CG-TP-IN (em Lisboa, partida Cais do Sodré): por salários dignos e justos, defender o poder de compra dos aposentados, defender os direitos de quem trabalha. (ver pág. 29)

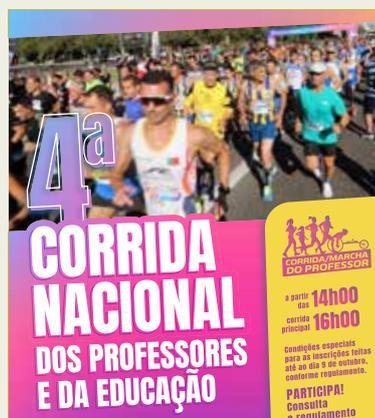
Tomar posição

- . Abaixo-assinado contra a contratação direta por escolas ou outras entidades locais; defesa da colocação por classificação profissional em concurso nacional. Assine [aqui](#)
- . Petição à MCTES: Contra a precariedade, as sobrecargas letivas e a desvalorização profissional (ver pág. 24). Assine [aqui](#)

Marcar presença, dar visibilidade



- . Faixas afixadas em muitas escolas: 6% do PIB para a Educação!



- . 4ª Corrida Nacional dos Professores e da Educação: **22 de outubro**, 14 horas, com partida do Centro Cultural de Belém (CCB). Consulte o [regulamento](#). Inscreva-se [aqui](#). (respeite os prazos de inscrição!)

Formação Contínua:



O Centro de Formação do SPGL oferece uma ação de formação creditada em torno de **Direitos Humanos e Educação**. A formação decorre em 7 sessões, de acordo com o seguinte calendário:

- . **19 de outubro:** História e Cultura Cigana. Comunidades ciganas e educação.
- . **23 de novembro:** O caráter inovador do pensamento pedagógico de Irene Lisboa.
- . **18 de janeiro 2023:** Educação antirracista
- . **15 de fevereiro:** LGBTI – Educar para a Igualdade e Diversidade Sexual e de Género
- . **22 de março:** Conceitos de sexualidade e educação sexual
- . **19 de abril:** Integração escolar de crianças e jovens migrantes
- . **17 de maio:** Transição energética nas escolas

Mais informação: [aqui](#).

Aposentados

- . **29 de novembro:** 3ª Conferência Nacional de Professores e Educadores aposentados dos sindicatos da FENPROF. (ver pág. 29) Consulte [aqui](#) o Regulamento. ■

O que está por detrás da inflação na Europa?

Joaquim Jorge Veiguinha

Na última semana de julho, a presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, anunciou, em conferência de imprensa, que as taxas de juro de referência para a zona euro passarão a ser 0,5%, mais 0,25% que há um mês. Em setembro foram aumentadas para 0,75%, prometendo-se ainda mais aumentos para um futuro próximo. No mesmo mês, o euro passou a valer apenas 0,99 dólares. A justificação para estas subidas é a elevada taxa de inflação na eurozona que atingiu em agosto 9,1%. A sua principal causa é o aumento dos preços da energia e dos alimentos não processados que atingiu neste mês 38,3% e 10,9%, respetivamente.

Outro motivo de preocupação da responsável pelo BCE é o aumento do diferencial (*spread*) entre as taxas de juro da dívida a 10 anos dos países mais endividados do Sul da Europa, de que se destacam a Itália e Portugal, relativamente às taxas alemãs: em 21 de julho, o *spread* transalpino passou, em 6 meses, de 1% para 2,5%, enquanto o português se fixou em 1,25%, com tendência para aumentar. O BCE está também preocupado com o aumento do risco de fragmentação da zona euro, em consequência do aumento dos *spreads*, bem como da desvalorização do euro relativamente ao dólar, que já se concretizou nos inícios de setembro com a moeda norte-americana a valer 1,01 euros, fenómeno associado às maiores subidas da taxa de juro da Reserva Federal norte-americana relativamente à da Europa que o BCE

pretende corrigir com o seu aumento mais recente. Foi também decidido substituir o programa de compra de obrigações dos países com maior dívida pública, estabelecido pelo anterior presidente da instituição, o italiano Mario Draghi, por um novo instrumento designado “Instrumento de Proteção da Transmissão”, cujo objetivo é alegadamente evitar uma maior fragmentação da zona euro, pondo em causa a desejada estabilidade monetária e orçamental. Para isso, o banco central está disposto a adquirir obrigações dos países mais atingidos por este fenómeno, mas estabelecendo quatro condições que estes deverão respeitar: cumprimento das regras orçamentais europeias, “ausência de desequilíbrios económicos severos”, sem especificar em que consistem, sustentabilidade da dívida e cumprimento dos critérios a que se comprometeram para acederem aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência. A primeira e a terceira condição falam eufemisticamente a linguagem das políticas de austeridade do passado. Eis como um banco, o BCE, se arvora, de novo, em arauto da ortodoxia monetarista, impondo, como nos tempos da ‘troika’, ‘condições’ aos países elegíveis para a aplicação do Instrumento de Proteção e Transmissão.

As contradições da zona euro

Os alegados riscos de fragmentação da zona euro são, na realidade, um contrassenso, pois ela já nasceu fragmentada, tendo em conta os *spreads* que se reproduzem e tendem a aumentar nos períodos, como o atual, em que a inflação aumenta. Não deixa de

ser contraditória a existência de uma “União Monetária” com uma miríade de taxas de juro das obrigações a 10 anos que acaba por refletir as assimetrias de desenvolvimento dos países que a integram. Acresce o facto de não existir verdadeiramente um Orçamento digno desse nome que tornaria possível, como acontece nos EUA, a emissão de títulos comuns de dívida pública, bem como o estabelecimento de políticas de coordenação e cooperação para corrigir aquelas assimetrias. Atualmente, a União Económica e Monetária (UEM) não é sequer uma união económica, mas apenas um grande mercado onde circulam livremente bens, serviços e capitais.

Inflação da oferta ou inflação da procura?

Relativamente à inflação, a política dos responsáveis pelo BCE tende cada vez mais a ressuscitar das cinzas os guardiães da ortodoxia monetarista. Alguns, como o prémio Nobel da Economia, Daniel McFadden, sugerem que o remédio para evitar a chamada estagflação, uma combinação de recessão e inflação, é provocar uma redução da atividade económica o mais cedo possível através de um aumento das taxas de juro de referência pilotado pelos bancos centrais, ou seja, o preço a pagar para reduzir a inflação é nada mais nada menos do que provocar ... uma recessão. Isabel Schnabel, um dos membros do comité executivo do BCE com posições mais monetaristas, já afirmou, no início de setembro, que o BCE está disposto a aumentar os custos de financiamento à economia, mesmo a custo de uma entrada em recessão da zona euro. Os moneta-



ristas do BCE estão atualmente mais fortalecidos na instituição. Ao contrário do que acontece em terras do Tio Sam, a inflação europeia tem origem na escassez da oferta. Muito mais dependente do que os EUA do preço dos cereais, graças às sucessivas reformas do Programa Agrícola Comum (PAC) que desmantelaram as proteções de que desfrutava a agricultura europeia abrindo-a aos mercados e à concorrência internacionais, e sobretudo do preço da energia, petróleo e também do gás russo, a zona euro e a União Europeia confrontam-se ainda com dois problemas que têm um efeito acelerador no nível geral de preços. O primeiro são os superlucros do setor da produção e distribuição do petróleo, um dos grandes beneficiários desta situação que prejudica sobretudo os titulares de rendimentos que não acompanham o aumento dos preços, ou seja, os que vivem de salários. Outro dos grandes beneficiários são os especuladores no mercado das matérias-primas básicas, as chamadas “commodities”: os preços dos cereais – trigo, + 30%, milho, + 50%, arroz, + 20%, relativamente ao início de 2022 – dispararam, mesmo antes de saírem dos silos. Segundo dados do semanário italiano L’Espresso de 3 de julho deste ano, o valor dos mercados de derivados sobre as matérias primas, títulos de natureza especulativa, como os futuros e as opções que apostam na sua valorização (ou desvalorização), atingiram, em finais de 2021, 390 mil milhões de dólares, mais 30% relativamente ao início de 2020. Este aumento brutal é injustificável, já que, segundo a International Grain Council, organização que promove a cooperação no

mercado dos cereais, a produção de trigo apenas diminuiu alguns pontos percentuais este ano.

Estratégia errada

Tudo aponta para que a estratégia de combate à inflação do BCE seja completamente inadequada, já que usa as tradicionais medidas que visam conter o aumento de preços proveniente do excesso de procura. O investigador norte-americano Josh Bivens, professor da Universidade de Maryland nos EUA, contesta justamente esta estratégia. Desde o segundo trimestre de 2020, os preços praticados pelo setor das empresas não financeiras cresceram 6,1%, enquanto os preços globais apenas 1,8% no período 2007-2019. Paralelamente, 53,9% deste aumento deriva de margens de lucro excessivas, enquanto os salários são responsáveis por menos de 8%. Um recente estudo do BCE corrobora esta análise, comparando a situação atual, em que os trabalhadores têm perdido poder de compra, em consequência da “indexação salarial menos generalizada e menor grau de sindicalização” (DN, 13.08.2022), relativamente aos choques petrolíferos dos anos 70, em que se verificava precisamente a situação contrária. Para este estudo, são os elevados preços de energia e não salários os principais responsáveis pela crescente inflação.

A alternativa passa pelo restabelecimento das cadeias globais de abastecimento, o que depende de uma solução política cada vez mais urgente para a guerra na Ucrânia. Apesar da oposição de economistas neoliberais e de alguns banqueiros, justifica-se a tributação dos lucros extraordinários do setor da produção e distribuição de petróleo – a

GALP portuguesa não foge à regra geral, já que os seus lucros aumentaram escandalosamente 152% no último semestre, enquanto os consumidores continuam a pagar gasolina e gasóleo cada vez mais caros –, bem como a tomada de medidas globais para travar a especulação financeira sobre os produtos de primeira necessidade que constituem, na prática, uma nova forma de açambarcamento que contribuirá, se não for travada a tempo, para dizimar pela fome populações inteiras nos países mais carenciados, enquanto os cereais se acumulam nos silos. ■

A alternativa passa pelo restabelecimento das cadeias globais de abastecimento, o que depende de uma solução política cada vez mais urgente para a guerra na Ucrânia. (...) bem como a tomada de medidas globais para travar a especulação financeira sobre os produtos de primeira necessidade que constituem, na prática, uma nova forma de açambarcamento que contribuirá, se não for travada a tempo, para dizimar pela fome populações inteiras nos países mais carenciados, enquanto os cereais se acumulam nos silos.

Fórum Liberdade e Pensamento Crítico

Informação versus liberdade

• Lúgia Calapez e Sofia Vilarigues

FOTOS: Carlos Pereira Martins e Henrique Godoy

A Escola Secundária de Camões foi palco, em 23 de julho e ao longo de todo o dia, de um significativo momento de debate e convívio, tendo como tema de base Informação e Desinformação⁽¹⁾. Promovido no quadro do 4º Fórum Liberdade & Pensamento Crítico, a iniciativa incluiu 4 painéis/debates de que aqui damos breve nota. Incluiu ainda - numa presença permanente e marcante - exposições, poesia, teatro, música, dança e gastronomia. Encerrou em festa, com um concerto inesquecível, no Auditório do Camões.

Encruzilhadas da guerra/ Caminhos para a paz

O debate em torno de “Encruzilhadas da guerra/Caminhos para a paz”, teve naturalmente como pano de fundo – mesmo quando não de forma explícita – a guerra que hoje vivemos no centro da Europa com a invasão da Ucrânia pela Rússia.

Diversas foram, entretanto, as abordagens. Com a preocupação comum de, nas palavras do coronel **Carlos Matos Gomes**, primeiro interveniente depois da apresentação genérica de David Zink, “elevar o nível da discussão sobre as questões da guerra, da paz, do desenvolvimento e da convivência”.

Neste sentido, e começando por definir a guerra como “a violência organizada ao mais alto nível”, Matos Gomes centrou-se na análise de alguns conceitos básicos – o conceito da moral, o conceito da política e o conceito do direito – “três conceitos que não são compagináveis nem são articuláveis”. “Foi Aristóteles que definiu que estes três conceitos não se devem misturar. Na guerra não se está a tratar do bem e do mal. Na guerra trata-se de interesses e de poderes”, frisou.

Como é que, tradicionalmente, tem sido abordado o fenómeno da guerra? Em três patamares, especificou Matos Gomes. Começando pela “justificação” da guerra, “da justiça ou da justeza dessa guerra”, a chamada “causa justa”. A que se soma a “reta intenção”. “Em todas as guerras, a causa da guerra é apresentada sempre como um bem para aquele que a desencadeia, mas também um bem para aquele que a vai sofrer”, observou. Exemplo claro disso foi o colonialismo. “O colonialismo era uma guerra de invasão, uma guerra de domínio. Era bom para a potência colonizadora,





na medida em que ia obter riquezas e matéria-prima. E era muito bom para o colonizado... que ia ser civilizado, cristianizado...”. Por último, a guerra seria um último recurso. “Para ter um mínimo de racionalidade, a guerra deve ser desencadeada para que, no fim, a situação apareça mais favorável, melhor do que a anterior”. Que não é o que se constata na realidade.

O conferencista deixou ainda dois alertas. Os riscos das novas tecnologias associadas à guerra – “Podemos falar de desumanização da guerra, pela tecnologização da guerra”. E, ainda, os processos de reconstrução dos países devastados pela guerra que, considerou, não existem. O que existe “é o investimento brutal em infraestruturas (que em princípio não vão servir para nada). E o que se está ali a montar são negócios”.

Pedro Caldeira Rodrigues^(m), jornalista que esteve, no terreno, na guerra na Jugoslávia e, agora, na Ucrânia, começou por referir um dado significativo – o discurso de Putin, para justificar a invasão da Ucrânia, não é muito diferente do da NATO, quando avançou com uma intervenção militar na Jugoslávia – *uma guerra humanitária para justificar um genocídio*. Outra coisa, é – acrescentou – “a profunda diferença entre esta guerra e a guerra da Jugoslávia. A Sérvia não é a Rússia. E a Rússia é um país que tem armas nucleares”.

Numa intervenção em que frisou a escalada armamentista em curso e, em particular, o rearmamento da Alemanha, Caldeira Rodrigues questionou a posição que os EUA têm vindo a assumir neste processo. E lembrou: “Os EUA estavam de fora dos planos de paz para a Ucrânia, elaborados pelos europeus. E também do forma-

to Normandia, que contava com a participação da França, da Alemanha, da Ucrânia e da Rússia. E tinha como objetivo discutir questões essenciais para evitar o agravamento do conflito na Ucrânia. Sobretudo – que estatuto para as regiões da Ucrânia com maioria de populações russófonas, a questão da Crimeia, e questões de ordem interna, o regresso da língua russa”.

A partir de 2014, considerou, “o governo ucraniano ganhou contornos nacionalistas”. Por seu lado a Rússia, “no seu projeto de etnonacionalismo, atendendo ao facto de que Putin considera os ucranianos como russos, rejeita qualquer perspetiva de identidade nacional ucraniana”. Estava aberto o caminho para uma guerra cujo desfecho é, para já, uma incógnita.

A concluir, Caldeira Rodrigues aventou duas questões: haverá uma viragem da Rússia para a Ásia? A guerra poderá ser o catalisador para que o movimento dos não-alinhados ressuscite das cinzas?

“Mais do que a questão de saber como é que chegámos à guerra, vale a pena perceber o que é que significa a continuação da guerra neste momento”. Este o ponto de partida de

Ricardo Paes Mamede, economista, que frisou: “A questão já não é apenas a dos milhares de pessoas que estão a ser mortas ou que veem as suas vidas destruídas, num cenário de guerra. Já não se trata apenas de saber a destruição que existe no terreno e que vai demorar muitas décadas a recuperar. Trata-se de saber também aquilo que representa o custo desta guerra para outros países”. E alinou alguns exemplos: “No Sri Lanka a inflação foi de cerca de 30%, no último ano. No Líbano, o cabaz alimentar básico triplicou, o preço do óleo de girassol, que é utilizado pela generalidade da população, aumentou mais de 80% no último ano. Na Etiópia, o preço dos fertilizantes, cruciais para a agricultura, aumentou 200%”.

Paes Mamede chamou ainda a atenção para - além dos custos imediatos do ponto de vista humano - os “custos que demoram ainda mais tempo a resolver, do ponto de vista das suas instituições políticas, da sua situação social”. E, ainda, para a “utilização desta guerra como justificação para um conjunto de alterações à escala internacional”.





Ambiente e Ecologia

“O nosso planeta está gravemente doente, vítima da atividade irrefletida e insensata do homem, pondo em causa a sua própria sobrevivência. Os desastres multiplicam-se e avolumam-se. O equilíbrio de todos os sistemas essenciais à vida foi corrompido. (...) Perante este cenário, que fazer? Esta a questão crucial do nosso tempo. Perante a inoperância do sistema, ocupado com o supérfluo (crescimento, mercados e lucro, pois então...) a esperança recai na capacidade de intervenção cidadã, muito em particular das camadas mais jovens”. Assim se abriu o painel Ambiente e Ecologia, com um texto de José Louza⁽ⁱⁱⁱ⁾, lido pela moderadora Amélia Resende. E foi **José Louza**, um dos fundadores da Agrobio e membro do conselho executivo da Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente, que iniciou as intervenções. A juntar à desertificação, perda dos melhores terrenos agrícolas e à questão da central nuclear de Almaraz, problemas de Portugal, José Louza focou como tema premente, entre os vários que nos afetam globalmente, o aumento exponencial da população.

Considerando que a questão “central do nosso tempo é a problemática ecológica”, avançou, “um dos problemas com que se tem debatido o movimento ecologista é que não consegue chegar às populações. Eu sei que é muito difícil, todos nós sabemos. Mas temos de arrastar toda a gente. As pessoas têm de ter consciência dos problemas, têm de aprender os princípios básicos, e mais do que isso, da ecologia”.

Carlos Ventura, ecologista, naturopata e fitoterapeuta, enunciou duas grandes questões: “O primeiro grande problema é o da demografia. Nós de facto vivemos neste planeta com uma população que o planeta não comporta. Ainda por cima há o consumo. Porque quanto mais se avança na subida do nível de vida, mais nós consumimos e tornamos inabitável este planeta. Aparentemente toda a gente acha que viver melhor é consumir mais”.

E rematou: “A grande questão é se não passámos já para além do ponto de não retorno. Isto não é uma desculpa para não fazer nada, como é evidente. É preciso continuar a lutar”.

“Marx identificou a primeira contra-

dição do capitalismo. Contradição entre capital e trabalho”, afirmou **João Camargo**, doutorado em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável e militante da Climáximo. E prosseguiu: “Mas existe obviamente uma segunda contradição. Ele deu umas luzes sobre isto. E a segunda contradição já é evidente para toda a gente - a sua manifestação mais visível é a crise climática – que é a contradição entre capital e ambiente”. “É preciso cortar 50% das emissões de gases com efeito de estufa até 2030, à escala global. Isso significa a maior revolução na história da humanidade”, considerou.

“Um problema que também temos neste momento é que não existe uma teoria revolucionária. Desde que se abandonou a teoria leninista de revolução, não há uma teoria revolucionária. Nós precisamos de uma nova teoria de revolução, que não pode ser a mobilização permanente e que implica tomar poder. Trago-vos a ideia do ecosocialismo, que implica a tomada dos bens de produção. E a satisfação das necessidades reais, *versus* as necessidades fabricadas”, concluiu.



Democracia, Liberdade e Pensamento Crítico

“A fragilidade da democracia representativa em vários países do Ocidente, alguns deles com forte tradição democrática, tem surpreendido a opinião pública, os tradicionais partidos políticos e a sociedade civil nos últimos anos”, afirmou Jacinto Rego de Almeida, moderador do painel, no texto^(iv) oferecido aos participantes do painel Democracia, Liberdade e Pensamento Crítico.

A primeira interveniente, **Raquel Varela**, historiadora, investigadora e professora universitária, considerou: “nós vivemos, quanto a mim com grande evidência, uma crise total. Ela é uma crise económica profunda, sem qualquer solução dentro do capitalismo. Ela é uma crise política profunda, com a ascensão da extrema-direita e o colapso de qualquer alternativa anticapitalista hegemónica ou com capacidade hegemónica nas últimas três décadas. E ela é evidentemente uma crise de modo de vida, que se aprofunda com uma crise cultural estrutural que é visível à nossa volta”. “Eu não tenho pretensões a dar soluções milagrosas para nada disto”, disse. E avançou, “acredito que qualquer solução só pode sair da democratização profunda da sociedade e dos lo-

cais de trabalho. Enquanto as pessoas não exercerem a democracia diretamente nos locais de trabalho, não vai haver democracia na sociedade”. “Nós, atualmente, estamos numa situação em que quer a liberdade quer a democracia estão em causa”, afirmou **Mário Tomé**, militar de Abril e político. “Karl Marx disse que quando a imprensa se transformasse numa indústria, acabava a liberdade de imprensa. Nós sentimos isso agora”, considerou.

Ainda sobre a liberdade, avançou: “Nós temos uma do Sérgio Godinho que toda a gente cantava, ‘só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação’, ‘quando houver liberdade de mudar e decidir’ e depois vem a parte final, a apoteose, ‘quando pertencer ao povo o que o povo produzir’, esta é a questão central”.

“Se nós não criamos as condições para entregar às pessoas os elementos de interpretação do conhecimento, da vida concreta, da sociedade e do que é o capitalismo hoje, dificilmente conseguiremos ir em frente”, analisou. “O proletariado hoje, com o desenvolvimento tecnológico, tem condições - não é de repente claro, mas quando

perceber o que se passa, quando sentir a verdadeira necessidade de não apenas erodir ou melhorar o capitalismo -, o proletariado tem nas mãos os instrumentos que nunca teve”, finalizou. O último interveniente do painel, **Paulo Pedroso**, professor universitário e político, avaliou: “Eu não partilho a ideia de que a história da superação do capitalismo por alternativas políticas tenha produzido mais liberdade. Não quer dizer que tenha produzido menos. Não creio que nós devamos equacionar a liberdade como um problema puro de superação do capitalismo”. “Ainda andamos às voltas, do ponto de vista dos valores, a sociedade mudou muito, as economias mudaram muito, mas ainda andamos às voltas com o problema da revolução francesa da liberdade, igualdade e fraternidade, e de como juntar os três”, considerou. “Partilho a ideia de que estamos em crise, no fundo o que sinto é que estamos a viver no mundo uma erosão dos três valores em simultâneo”, analisou. “A questão da liberdade tem a ver com a salvaguarda de um espaço de diferença de opiniões que pode ser atingido em capitalismo, pode ser atingido em socialismo e pode não ser atingido em nenhum dos dois. De facto, o capitalismo trata mal a igualdade, mesmo a social-democracia trata mal a igualdade. E todos nós desvalorizamos a fraternidade e isso enfraqueceu-nos historicamente e coloca a esquerda num momento difícil”, concluiu.



Exilados e refugiados sem fronteiras

Houve também um período na nossa história, em que “o exílio foi uma condição buscada por portugueses, que saíram do país, nomeadamente em função da ditadura, da guerra colonial e do colonialismo”. É sobre este período (em particular anos 60-70 do século passado) que se debruçou a intervenção de **Miguel Cardina**, investigador do Centro de Estudos Sociais - que se seguiu à apresentação do tema^(v) por Fernanda Marques^(vi). Mais de um milhão e meio de portugueses saíram do país entre 1952 e 1974. Desde os anos 70, a emigração tradicional irá diversificar-se e intensificar-se a partir das zonas urbanas, “gente com os filhos ameaçados de incorporação militar”. Entre 1961 e 1973, e segundo números do próprio Exército, 200 mil jovens já não vão à inspeção militar. São “os chamados faltosos”. A estes somam-se os refratários (10 a 20 mil) e os desertores (9 mil) durante esse período.

Estes exilados tiveram uma atividade vasta, como salientado pelo investigador do CES, que defende que “a atividade política que foi feita no exílio, foi também uma atividade que contribuiu para combater a censura, combater a desinformação”. Em particular foi no exílio que se fez a denúncia da violência colonial nomeadamente através de

depoimentos de desertores.

“Eu creio que devemos olhar para o exílio como uma espécie de contramovimento que naquele momento se processou. E que procurou, ainda que de forma não maioritária, colocar pedras na engrenagem neste modo de o regime intervir, na ditadura, na guerra colonial”, concluiu.

Os portugueses que fugiram nos anos 60-70, foram, de algum modo, acolhidos noutros países. E atualmente, qual é a realidade das políticas europeias e portuguesas de acolhimento?

Esta a questão a que tentou responder **José Reis**, Vogal do Conselho Diretivo do ACM (Alto Comissariado para as Migrações), que tem uma experiência vivida “enquanto filho de imigrantes que vieram para Portugal nos anos 70”. O que lhe permite “fazer uma comparação privilegiada daquilo que foi o percurso deles comparativamente com aquilo que são as respostas que Portugal tem hoje”.

Portugal, enquanto país de acolhimento de migrantes, tem tradição, refere. Mas não no acolhimento de pessoas refugiadas. Só a partir de 2015 começa a receber, de forma mais consistente, pessoas requerentes e pessoas com estatuto de refugiados.

“Uma das aprendizagens que eu fiz ao longo destes dois anos e tal que tenho

exercido funções no Alto Comissariado para as Migrações, é que o acolhimento destas pessoas, que vise uma real integração, obriga a um trabalho consolidado das várias entidades”, sublinhou José Reis, que na sua intervenção detalha múltiplos pormenores e etapas deste processo.

Entretanto, fazendo uma comparação “com aquilo que foi a resposta criada para os refugiados da Ucrânia – devo dizer-vos que o processo, o mecanismo que foi criado para receber as pessoas vindas da Ucrânia, este mecanismo de proteção temporária, foi, ou está a ser, muito mais eficaz e mais célere do que aquilo que têm sido estas respostas que foram criadas ao longo destes anos e que nós, a pouco e pouco, vamos construindo.” Face a esta experiência, está em causa “aproveitar todas as boas decisões que foram tomadas para agilizar e promover o acolhimento destas pessoas. Para tentar replicá-las, depois, para os demais grupos” de refugiados. Numa significativa nota pessoal, José Reis comentou: “Se, por acaso, os meus pais, quando vieram para Portugal, depois do 25 de Abril – que vieram como milhares de pessoas, que ajudaram a construir Portugal e que trabalhavam dia e noite – se, para aquelas pessoas, naquela altura, tivesse havido um investimento maior no seu processo de integração, no processo de informação, provavelmente teríamos evitado alguns erros.

Que, por exemplo, levaram depois à construção de bairros sociais. Porque a segregação não é a melhor forma de integração, muito menos de inclusão”.

Alexander Kpatue Kweh, do Fórum Refúgio Portugal^(vii), ele próprio refugiado (há 10 anos, da Libéria, onde nunca voltou), prefere falar do que de positivo foi, entretanto, alcançado. “No meu tempo a conversa era – o refugiado ganha mais do que o português ... nós é que vamos trabalhar, o refugiado fica em casa a ganhar mais...”

“Hoje estamos a abrir os braços”, considerou. E defendeu: “as boas medidas que foram criadas para a comunidade ucraniana devem ser estendidas a todo o mundo”.

Lembrou, por outro lado, que “o próprio termo refugiado foi formado depois da 2ª guerra mundial. Depois da 2ª guerra mundial, os refugiados não eram de África nem do Médio Oriente. Eram mesmo europeus. Então, hoje em dia, porque é que não damos a mesma oportunidade a todo o mundo?”

São muitos os problemas sentidos pelos refugiados no processo de integração. Quando o programa de acolhimento acaba, “a pessoa nem chegou a aprender a língua suficientemente”. Arrastam-se situações de trabalho precário. “Tudo isto são as reclamações que os refugiados fazem a nós. Queremos contribuir para haver uma melhor solução para isto”.

Portugal é um país de acolhimento, sublinhou Alexander Kpatue Kweh. “O que estamos a recomendar – reforça – é organizar esse acolhimento para uma integração efetiva”.■

⁽ⁱ⁾ <https://pelaliberdade.wordpress.com/>
<https://www.facebook.com/pelaliberdadeepensamento/>

⁽ⁱⁱ⁾ <https://pelaliberdade.wordpress.com/2022/08/09/painel-debate-encruzilhadas-da-guerra-caminhos-para-a-paz/>

⁽ⁱⁱⁱ⁾ <https://pelaliberdade.wordpress.com/2022/07/15/4-o-forum-liberdade-e-pensamento-critico-ambiente-e-ecologia/>

^(iv) <https://pelaliberdade.wordpress.com/2022/06/30/2529/>

^(v) <https://pelaliberdade.wordpress.com/2022/07/15/4-o-forum-liberdade-e-pensamento-critico-refugiados-sem-fronteira-1/>
<https://pelaliberdade.wordpress.com/2022/07/15/4-o-forum-liberdade-e-pensamento-critico-exilados-e-refugiados-sem-fronteira-2/>

^(vi) <https://semfronteiras.eu/>

^(vii) <https://urep.pt/>

<https://www.facebook.com/projetourepl/>





4 de outubro . 15 horas
frente à Assembleia da República

Plenário Nacional de Professores e Educadores

Integrado nas comemorações do Dia Mundial do Professor - 5 de outubro - a FENPROF promove um plenário de professores e educadores junto à escadaria de acesso à Assembleia da República. Valorizar a profissão, corrigindo as atuais e profundas distorções da carreira docente, combater a precariedade, tornar a profissão atrativa de modo a rejuvenescê-la, analisar as causas reais da atual falta de docentes, denunciar a sobrecarga horária, pugnar por uma aposentação digna que tenha em atenção a especificidade da profissão docente são os objetivos desta ação pública.

Contamos com a tua presença!

SPGL/Outro Modo Cooperativa

Apresentação e discussão do livro "Paulo Freire: um Educador no Mundo". 12 de outubro, 17 H, sede do SPGL



e o centenário do nascimento de Paulo Freire, o SPGL e a cooperativa Outro Modo promovem uma sessão em torno do livro "**Paulo Freire: um Educador no Mundo**", com a presença de Débora Dias, uma das organizadoras. Paulo Freire foi - e certamente continua a ser - um formador importante para todos os que em Portugal lançaram, com o 25 de Abril, as bases de uma Escola Pública de Qualidade, universal, justa e inovadora, princípios que continuam a orientar a ação do SPGL e da FENPROF. Contamos com a sua presença.

Este é um livro-homenagem a Paulo Freire, que assinala o seu centenário

com a publicação de textos inéditos em Portugal, juntando escritos autobiográficos, debates e entrevistas. Freire tornou-se num educador do mundo pela ampla difusão de suas ideias filosóficas, de seu método pedagógico e de sua ação, primeiro no Brasil, depois no Chile, seguindo para países da América Latina, Estados Unidos, Europa, África, Ásia e Oceânia. Em relevo estão momentos-chave da trajetória de Paulo Freire e o itinerário internacionalista de um pensamento cuja recepção por largos anos foi marcada pelo interdito, pela censura, por uma circulação clandestina e pelo exílio. ■

Conjugando a proximidade do Dia Mundial do Professor (5 de outubro)

FENPROF reuniu com Ministério da Educação



No passado dia 22 de setembro decorreu uma reunião entre a FENPROF e o M.E.. O balanço poderá sintetizar-se da seguinte forma: alguma convergência em objetivos gerais, divergência em matérias concretas, nomeadamente quanto aos concursos para colocação de docentes.

Entre os objetivos consensuais para as duas partes estão o reforço da estabilidade laboral dos professores e educadores, a necessidade de apurar de forma real as necessidades permanentes das escolas, a reorganização e redimensionamento dos Quadros de Zona Pedagógica (QZP), o privilegiar a vinculação em quadro de agrupamento ou de escola. Foi assumido o desacordo quanto à intenção de potenciar a contratação por escola em detrimento do concurso nacional.

Registe-se que sobre nenhuma das matérias enunciadas foi apresentada proposta escrita.

A FENPROF acentuou a necessidade



de corrigir as distorções da carreira docente, retomando a necessidade de contagem de todo o tempo de serviço para progressão e o desbloqueamento em alguns escalões.

A FENPROF acentuou a necessidade de combater a precariedade na profissão, nomeadamente com uma definição rigorosa das necessidades das escolas acompanhada do alargamento da dotação dos quadros. Denunciou também as políticas que conduziram à desvalorização da profissão docente, de que a falta de professores é a consequência mais visível.

A FENPROF sublinhou a discordância com a intenção ministerial de permitir que uma parte do quadro dos profes-

sores de Escola/ Agrupamento possa vir a ser preenchido mediante decisão do diretor/a com base na definição de “perfis de competência”. Sublinhou de novo a defesa de um concurso nacional baseado na graduação profissional. No final da reunião, a delegação da FENPROF colocou as questões da vinculação dos professores através do PREVPAP (alguns aguardam vinculação há alguns anos), do concurso extraordinário de vinculação para os professores de Técnicas Especiais e do ponto de situação dos professores cujo pedido de mobilidade por doença não foi conseguido e que apresentaram exposições a que a tutela se comprometeu a responder. ■

Petição pelo reforço das carreiras docentes do ensino superior e de investigação científica

Contra a precariedade, as sobrecargas letivas e a desvalorização profissional

Num momento em que o governo prepara a proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2023 a entregar na Assembleia da República, a FENPROF decidiu exortar os docentes e os investigadores a reclamarem, através da subscrição de uma [Petição](#) dirigida à ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (CTES), Elvira Fortunato, as condições financeiras indispensáveis ao reforço das suas carreiras.

O prolongado subfinanciamento a que têm estado sujeitas as Instituições do Ensino Superior (IES) Público, que os tímidos acréscimos orçamentais dos últimos anos ficaram muito aquém de compensar, levou a um continuado desinvestimento na contratação de novos docentes e investigadores de carreira, impedindo a necessária renovação dos corpos respetivos, e à criação de défices no número de efetivos das categorias superiores que a aposentação tem vindo a aprofundar.

Foi-se gerando um extenso corpo de investigadores com contratos de bolsa ou de trabalho a termo, maioritariamente pagos pelo orçamento atribuído pelo Estado à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Também aumentou o número de docentes com contratos precários. Uns e outros têm tido muito reduzidas oportunidades de ingresso na carreira. Para que possam ser contratados para as carreiras pelas IES, é decisivo que estas disponham de dotação orçamental suficiente para assumirem com segurança compromissos duradouros.

Recorde-se que o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) falhou nos seus propósitos. Este programa, que se arrastou na área CTES ao longo de 5 anos, regularizou apenas 400 dos 3.200 requerentes docentes e investigadores, número ainda muito inferior à totalidade dos que exerciam funções nas IES com vínculos precários. Ao longo destes 5 anos que o PREVPAP durou, muitos mais docentes e investigadores foram contratados a prazo.

Por estes motivos, o elevado nível de precariedade e a importância do reforço e da renovação dos corpos docentes e de investigação, com vínculos permanentes, exige no entender da FENPROF um investimento extraordinário nas carreiras, mediante um significativo reforço das dotações do OE para as IES públicas, no ano de 2023 e nos seguintes. Só assim, no âmbito de contratos-programa, lhes será possível abrir concursos para um número suficiente de lugares nas categorias de base das carreiras, dando cumprimento à diretiva comunitária 1999/70/CE, contra os abusos na contratação a termo, e avançar no sentido de atingir o previsto, designadamente, nos estatutos das carreiras, quanto aos pesos relativos de cada categoria. O diploma que regula a contratação a termo de investigadores doutorados (DL n.º 57/2016) prevê para cada um deles, se contratado no direito público, a abertura de um concurso para um lugar de carreira, após 5 anos de contrato, embora tal garantia corra

fortes riscos de não ser cumprida. Este diploma deixa, contudo, de fora os contratados pelas IES que são fundações públicas com regime de direito privado e também os vinculados a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPSFL), criadas, geridas ou participadas pelas IES públicas, que ficam assim sem a oportunidade de ingresso em carreira dada aos contratados no regime público. Só a abertura de um número muito significativo de concursos pelas IES públicas para o ingresso nas carreiras, aos quais todos possam concorrer, pode resolver estes problemas.

Tendo em conta todos estes pressupostos, a FENPROF considera fundamental que os docentes e investigadores se unam na defesa das suas carreiras profissionais e do acesso à profissão com direitos. Por esse motivo, a Petição agora divulgada terá um papel fundamental neste processo reivindicativo. ■

Ler o texto completo da petição e assinar [aqui!](#)



Ensino Artístico Especializado Privado

O Ensino Artístico Especializado (EAE) privado vive neste ano de 2022 a sua página mais negra de que há memória desde a sua criação e consolidação nas últimas décadas. (Cabe aqui recordar que a rede do EAE é maioritariamente assegurada pelo setor privado onde apenas cerca de 10% dos Conservatórios a nível nacional são públicos).



Foto: Freepik.com

Rita Franco
Docente do Ensino Artístico Especializado

O que está prestes a acontecer, pela intransigência dos patrões na negociação coletiva, é inimaginável:

O aumento do horário de trabalho letivo semanal dos docentes do EAE privado das 22 horas para as 26 horas ou dos 24 para os 29 tempos. Esta discriminação descarada e injusta, face aos restantes docentes do privado (o novo CCT exceciona o limite dos 24 tempos num horário de 22h letivas semanais criando a possibilidade de os docentes do EAE poderem ter

um horário de 29 tempos/26 horas), tem alegadamente como pretexto o facto de este ser um ensino individualizado tornando-se por esse motivo demasiado dispendioso face à comparticipação do Estado, comparticipação essa que não sofre atualizações desde 2015.

Quem conhece os meandros deste ensino sabe que a comparticipação do Estado, em sede de contrato de patrocínio, é curta e cega, não considerando as diversas realidades das escolas como a antiguidade e conseqüente peso do corpo docente, atribuindo o mesmo valor por aluno quer a escola tenha professores em início ou em fim de carreira criando deste modo

assimetrias. Ou seja, nas escolas em que o corpo docente é mais jovem há folga, naquelas em que os professores têm mais tempo de serviço, há dificuldades.

Esta situação ocorre, em primeiro lugar, desde que o modelo de financiamento se alterou em 2008 (Despacho 17932/2008), ano em que o Estado deixou de comparticipar as despesas apresentadas pelas escolas passando a instituir um valor por aluno, e, em segundo lugar, quando posteriormente foram abolidos os 3 escalões de financiamento que inicialmente, em 2008, tinha em consideração o tempo de serviço dos docentes, passando a valor único poucos anos depois.

Esta situação, da responsabilidade do Ministério de Educação (ao tempo da TROIKA), provocou um processo de ignóbil e inaceitável descarte dos professores mais velhos em favor de contratações de jovens docentes pelo lucro que estes possibilitam, prática que se vem acentuando ao longo dos últimos anos.

Na sequência desta alteração de modelo de financiamento nós, professores, fomos vivendo uma progressiva e agonizante degradação das condições de trabalho culminando, com a aprovação da Lei 152/2013 que aprova o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, lei esta que retira todos e quaisquer direitos democráticos dentro das escolas. A juntar a este cenário caduca o CCT na época em vigor e, até hoje, volvidos 10 anos, estamos pacientemente à espera de melhores dias.

A CNEF, organização dos patrões do ensino privado, acabou de assinar o seu CCT com a FNE (UGT), seguindo a linha de perda de direitos que vem infligindo ao setor privado do ensino em Portugal desde 2015, ano em que conseguiram quebrar o impasse da caducidade do CCT neste setor, publicando nova convenção em 2017 ainda

A CNEF, organização dos patrões do ensino privado, acabou de assinar o seu CCT com a FNE (UGT), seguindo a linha de perda de direitos que vem infligindo ao setor privado do ensino em Portugal desde 2015, ano em que conseguiram quebrar o impasse da caducidade do CCT neste setor, publicando nova convenção em 2017 ainda mais gravosa, num exemplo do que é uma escandalosa relação de cartel entre patrões e um sindicato.

mais gravosa, num exemplo do que é uma escandalosa relação de cartel entre patrões e um sindicato.

Na FENPROF mantivemo-nos resistentes e estoicos acreditando que mais dia menos dia, depois de longas e chantageantes negociações, surgiria fumo branco.

Mas para nós, professores do EAE, o fumo é negro, porque negra é a perspectiva de termos de trabalhar mais 5 tempos letivos semanais, eventualmente uma semana de 6 dias de trabalho pelo mesmo salário, isto quando se começa a discutir a semana de 4 dias, o que em termos práticos implica uma perda de rendimento equivalente a cerca de 20% do rendimento atual, com agravante para quem não assinou a convenção da FNE e se encontra sem aumentos salariais desde 2011 e congelamento de progressão na carreira desde 2015, no seguimento da caducidade do CCT.

Esta discriminação negativa aqui descrita parece um pesadelo, mas não, não é um pesadelo, é a realidade.

Uma realidade que não contempla a especificidade de um ensino que se diz artístico e especializado e que nos remete para uma questão prévia. Ora se é artístico pressupõe que os seus docentes tenham uma carreira artística. Onde está então contemplado o espaço para o exercício dessa atividade? Onde está acautelado o tempo para a manutenção do nível artístico que pressupõe várias horas de trabalho individual e diário? E que dizer da componente não letiva que, pelo cariz performativo deste ensino, mas igualmente por práticas abusivas, se dá maioritariamente em horário pós-laboral e fins-de-semana, provocando um enorme desgaste de ordem pessoal e familiar, pois existem meses em que os professores não descansam um único fim-de-semana. É que a maioria de nós no EAE só consegue completar o seu horário em 2, 3, 4 escolas. Por tudo isto, a haver discriminação não seria justo que fosse pela positiva? Por outro lado, diz-se especializado. Se assim é, porquê discriminar negativamente profissionais que iniciaram a sua 'especialização' em muitos casos, antes de saberem ler e escrever,

que investiram tempo e dinheiro em formação ao longo de uma infância e adolescência carregadas de privações, num investimento de sangue, suor e lágrimas, pois de outra forma não é possível formar um músico ou um bailarino profissional e aqui também profissionalizados para a docência. Como se explica então esta diferenciação pela negativa face aos restantes docentes do ensino privado, que apenas iniciaram a sua especialização concluído o ensino secundário?

Como é possível um sindicato (FNE), que curiosamente defende umas medidas para o ensino público e outras para o privado, assinar um acordo em que, entre outras perdas, aceita uma literal perda de rendimento, dando de bandeja aos patrões um chorudo lucro de cerca de 1/5 do salário dos trabalhadores?

Como é possível que o Estado, através da tutela do Ministério da Educação, ignore todos os apelos e alertas que reiteradamente lhes foram dirigidos ao longo dos últimos 10 anos pelos sindicatos da FENPROF, relativamente à escassez de valores do financiamento, mas igualmente em relação à necessidade de fiscalização das verbas atribuídas às escolas, perpetrada de forma cega e displicente, onde os atropelos aos direitos dos docentes são inúmeros, tais como são inúmeros os casos que sucessivamente chegam a tribunal?

Por fim, como é possível não acautelar a situação dos professores com mais de 50 anos que confrontar-se-ão com um horário aumentado em 5 tempos/4 horas letivas, em rota oposta ao ensino público onde progressivamente estes chegam à idade da reforma com 14 horas de carga letiva? É que no EAE privado o horário letivo manter-se-á intacto com cerca do dobro do tempo do público, ou seja, continuarão a cumprir um horário de 26 horas aos 66 anos!

Estas e outras são questões que vergonhosamente ficam sem resposta, que nos remetem para Portugal, país onde o tratamento da arte, da cultura e dos seus protagonistas é um triste exemplo de terceiro-mundismo e aqui em particular de retrocesso civilizacional. ■

Negociações do modelo de recrutamento e colocação de professores

A Associação de Professores de Teatro-Educação (APROTED) – tendo em conta a decisão do Ministério da Educação de promover um novo modelo de recrutamento e colocação de professores – decidiu chamar a atenção, junto dos sindicatos, para a situação dos professores sem grupo de recrutamento, nomeadamente dos professores de Teatro/Expressão Dramática. Um documento que aqui reproduzimos quase na íntegra.



Temos formação superior, desempenhamos funções idênticas às de qualquer docente, cumprimos os mesmos deveres, mas auferimos um salário inferior (índice 151, no melhor dos casos), não temos carreira, fomos excluídos das vinculações extraordinárias dos últimos anos e não somos abrangidos pela “norma-travão”. Como tal, muitos de nós candidatámo-nos ao PREVPAP. Contudo, apesar da homologação da maioria dos processos e do reconhecimento de que as nossas funções correspondem a necessidades permanentes do sistema, o PREVPAP continua por concluir.

Acrescente-se que, na área do Teatro/Expressão Dramática, existem professores profissionalizados (concluíram licenciatura pré Bolonha via ensino com estágio pedagógico integrado) que, por falta de grupo de recrutamento, têm sido contratados como “técnicos especializados para formação” (até 2007 éramos reconhecidos como professores de técnicas especiais).

Como é sabido, os professores sem grupo de recrutamento (vulgarmente designados “técnicos especializados para formação”) só podem candidatar-se a contratações de Escola.

O ponto 11 do Artigo 39º do Decreto-Lei n.º 132/2012 (que não foi alterado, apesar das várias revisões do diploma) refere que “são critérios objetivos de seleção, a seguir obrigatoriamente, para os técnicos especializados”: a avaliação do portfólio, a entrevista de avaliação de competências e o número de anos de experiência profissional na área.

Tais critérios estão longe de ser objetivos, até porque as escolas têm autonomia para definir os “subcritérios” de avaliação do portfólio e da entrevista e o próprio número de anos de experiência profissional tem tido interpretações muito diversas (número de anos total de docência, número de dias de docência a dividir por 365, números de anos a lecionar as disciplinas a concurso, número de anos como profissional na área fora do ensino, etc.).

Esta autonomia na definição de subcritérios tem permitido que muitas escolas favoreçam determinados candidatos, por vezes de forma bastante óbvia e até ridícula (exemplo: num concurso para professor de Interpretação e Voz, o critério principal era ser licenciado em Literatura Inglesa).

Mesmo quando os critérios são justos, os candidatos só podem ser contratados anualmente, ou seja, existe um recurso abusivo a contratos anuais sucessivos. O próprio Decreto-Lei n.º 132/2012, no ponto 3 do Artigo 38º, estipula que se consideram necessidades temporárias “as necessidades de serviço a prestar por formadores ou técnicos especializados, nas áreas de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística dos ensinos básico e secundário que não se enquadrem nos grupos de recrutamento a que se refere o Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro”. Contudo, a verdade é que muitos destes profissionais lecionam há mais de dez, quinze ou mesmo vinte anos, devido à crescente procura, por parte dos

alunos, dos cursos profissionais e das opções artísticas.

Propostas:

1. Os estágios pedagógicos devem voltar a ser remunerados e os professores estagiários devem ter turmas atribuídas. Os estagiários devem ser acompanhados por professores da instituição em que estão a formar-se e por professores das escolas em que lecionam (com o acompanhamento previsto no horário). Contudo, por uma questão de coerência, o Ministério da Educação deve, antes de tudo, reconhecer a habilitação dos docentes que fizeram estágio pedagógico e têm sido contratados como técnicos especializados.

2. Deve haver uma nova vinculação extraordinária, mas sem excluir os professores sem grupo de recrutamento. A “norma-travão” deve ser revista, permitindo primeiramente a vinculação de quem tem mais tempo de serviço, mesmo que não tenha grupo de recrutamento nem tenha tido horários completos nos últimos anos.

3. Nos concursos, a graduação profissional deve ser o principal critério de seleção dos docentes.

4. Os concursos dos professores sem grupo de recrutamento (vulgarmente designados “técnicos especializados para formação”) devem também reger-se pela graduação profissional. Para tal, deve ser aplicada uma fórmula idêntica à dos professores com grupo de recrutamento, como, aliás, era prática corrente no recrutamento de professores de técnicas especiais até 2007 (Portaria n.º 367/98, de 29 de junho, Artigo 12.º, ponto 4: «Os candidatos serão ordenados de acordo com os critérios de graduação do concurso nacional»).

5. No próximo diploma, não deve existir nenhuma norma concordante com o disposto no ponto 3 do Artigo 38º do Decreto-Lei n.º 132/2012, pois considerar temporárias as funções dos docentes sem grupo de recrutamento seria contrário às homologações do PREVPAP e ao respectivo reconhecimento



Foto: Freepik.com

de que as nossas funções respondem a necessidades permanentes do sistema.

6. Deve concluir-se o PREVPAP, vinculando-se os professores sem grupo de recrutamento (vulgarmente designados “técnicos especializados para formação”) na carreira docente, nos termos do Artigo 7.º da Lei n.º 112/2017: «As pessoas recrutadas através do procedimento concursal são integradas na carreira correspondente às funções exercidas que deram origem à regularização extraordinária e, no caso de carreiras pluricategoriais, na respetiva categoria de base».

7. Deve ser criado o grupo de recrutamento de Teatro / Expressão Dramática.

A criação de um Grupo de Recrutamento de Teatro é justíssima por vários motivos, dos quais destacamos:

- Existem disciplinas desta área em todos os ciclos de ensino;
- Há cada vez mais alunos a escolher estas opções;
- A Portaria n.º 65/2022, de 1 de fevereiro, introduz o curso especializado de Teatro nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico;
- O Teatro/Expressão Dramática é fun-

damental para desenvolver uma boa parte das áreas de competência expressas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, mas apenas se estas disciplinas forem lecionadas por professores com formação;

- Há imensos professores com formação superior em Teatro, alguns com licenciatura pré Bolonha via ensino com estágio pedagógico integrado (como já referimos);

- Nos cursos especializados de Dança, existe o grupo de recrutamento D07 (Expressões), que abrange diferentes formações superiores na área do Teatro; ora, se alguém que leciona Expressão Dramática num curso artístico especializado de Dança é considerado professor e tem grupo de recrutamento, não há razão para que uma pessoa com formação e funções semelhante ser considerada “técnica especializada” por lecionar numa escola “regular”;

- Na última vinculação extraordinária do Ensino Artístico Especializado (2018), alguns professores de Teatro / Expressão Dramática vincularam no grupo D07, pelo que deve haver uma solução similar para os docentes que lecionam Teatro/Expressão Dramática noutras escolas.■

O texto segue o antigo acordo ortográfico

CGTP-IN:

Aumento geral dos salários como questão reivindicativa central

No documento intitulado **Prioridades da Política Reivindicativa Para o Ano de 2023**, a CGTP-IN considera que “O aumento geral dos salários assume-se (...) como a questão central, absolutamente determinante para garantir e elevar o direito à satisfação das necessidades do dia-a-dia dos trabalhadores e das suas famílias e proporcionar uma vida digna. Determinante para combater as desigualdades. Determinante para dinamizar o crescimento económico que assenta em grande parte no consumo interno, incrementar as vendas de produtos das empresas nacionais e possibilitar o aumento do emprego. Determinante

para fixar no nosso país aqueles que cá querem viver e trabalhar, mas que são impossibilitados pelos magros salários e a precariedade que nega perspectivas e a realização pessoal e profissional”. Ponto saliente também nas prioridades reivindicativas apresentadas é a luta pelo direito real à contratação coletiva, posta em causa pela legislação de 2003 e 2009 que facilita a caducidade por iniciativa patronal, com efeitos muito negativos no número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de contratação coletiva. Também a luta pelas 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores é assumida como objetivo de luta pela CGTP-IN.

O documento considera ainda que “ganha também importância o cumprimento da exigência de reforço e melhoria dos serviços públicos e funções sociais do Estado”, com particular destaque para o Serviço Nacional de Saúde e para a Escola Pública, sendo que “para o financiamento do reforço e da melhoria dos serviços públicos e outras funções prestadas pelo Estado, a CGTP-IN continua a reclamar uma política fiscal mais justa que, garantindo mais recursos financeiros, o faça com um desagravamento dos impostos que recaem sobre os rendimentos de quem trabalha e trabalhou, passando a incidir sobre os do capital que hoje muito pouco pagam”. ■

3.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF

A 3ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados realiza-se em Lisboa, no dia 29 de novembro de 2022, sob o lema “Envelhecimento e Aposentação Dignos com Direito aos Direitos”. É objetivo desta conferência debater a atual situação da aposentação e dos aposentados e o seu futuro, identificar causas e responsáveis pela degradação a que as pensões e reformas têm sido sujeitas, aprovar ações a propor aos órgãos da FENPROF que sejam adotadas e desenvolvidas, discutir e aprovar a atualização do Caderno Reivindicativo dos Docentes Aposentados e analisar o funcionamento do Departamento de Aposentados da FENPROF de modo a melhorar a sua ação.

São delegados a esta conferência por inerência os membros do Secretariado Nacional e do Conselho Nacional da FENPROF e da Comissão Organizadora da Conferência e são ainda delegados mais 100 docentes aposentados sindicalizados nos Sindicatos da FENPROF.

O SPGL tem direito a 41 delegados que irão ser eleitos por votação em lis-

tas por Direção Regional nos plenários sindicais a realizar nas quatro direções regionais do SPGL nos locais e datas que constam do quadro 1. As Listas candidatas devem ser apresentadas na sede do SPGL, até às 17h00, do dia 6 de outubro de 2022. Os interessados devem consultar o regulamento no site do SPGL. ■

Quadro 1

Região	Local	Data
Lisboa	Sede	18 de outubro
Oeste	Delegação Caldas da Rainha	19 de outubro
Santarém	Delegação Santarém	24 de outubro
Setúbal	Delegação Setúbal	25 de outubro



Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém-Torres Novas



•António Galopim de Carvalho

Tudo começou com um telefonema pela manhã do dia 6 de Julho de 1994. Numa paisagem eminentemente calcária, entre Torres Novas e Ourém, no flanco oriental da Serra d’Aire, pedregosa e cinzenta, marcada pela implantação espaçada de oliveiras, azinheiras e figueiras, João Carvalho e os seus companheiros da Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia acabavam de descobrir, na Pedreira do Galinha (em Bairro, um lugar da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, do concelho de Ourém), cerca de 10km a Sul de Fátima, os mais longos e também os mais antigos e bem conservados trilhos com pegadas de dinossáurios herbívoros e quadrúpedes, conhecidos, entre os paleontólogos, por saurópodes, estes de grandes dimensões, na ordem dos 25 a 30 metros de comprimento e dezenas de toneladas de peso.

Foi nesta pedreira que “Alfredo Galinha, Lda.” iniciara, décadas atrás, a exploração do calcário para brita, lavra que trouxe à luz do dia a que se tornou uma das mais famosas jazidas com pegadas de dinossáurios do mundo. Expostas, às centenas, na imensa laje que constituía a base ou fundo da pedreira, então ainda em plena laboração, as “pegadas da Pedreira do Galinha”, assim começaram a ser divulgadas, cedo se tornaram notícia, não só do lado de dentro das nossas fronteiras, como à escala do planeta. Com efeito, a abundância e perfeição das pegadas, em número

avaliado em cerca de quatro centenas, organizadas em duas dezenas de trilhos, dois dos quais com mais de 140 m, constituíram, desde logo, um factor de enorme interesse para o achado. Por outro lado, as dimensões invulgarmente grandes da superfície (250X250m) contendo as pegadas - o topo de uma única camada de calcário, levemente basculada para Norte, no sentido do escarpado (com 30m de altura) deixado pela frente de exploração – dão à jazida invulgar espectacularidade, susceptível de ser apreciada a partir de diversos locais de observação, quais miradouros espalhados ao longo de um percurso pedonal quilométrico, coincidente com o contorno da pedreira.

Finalmente, um aspecto científico não menos importante, a idade da camada de calcário que conserva um tal testemunho da passagem destes animais, atribuída ao Jurássico médio, com cerca de 175 milhões de anos, representa outra novidade para a paleontologia. Provou-se, aqui, que este grupo de grandes herbívoros já existia bem representado nesta altura, isto é, uns 25 milhões de anos mais cedo do que o intervalo de tempo que era atribuído à sua existência na Terra.

Passados dois anos, por proposta minha, na qualidade de director do Museu Nacional de História Natural, este que é o mais importante geomonumento nacional foi classificado como Monumento Natural, pelo Dec. Reg. 12/96 de 22 de outubro.

Ressurgente agora, na comunicação social, 28 anos depois, o Monumento

Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém-Torres Novas, afirma-se como uma das mais grandiosas e importantes jazidas com pegadas de dinossáurios do mundo. Disfruta de características geológicas e paleontológicas, de grandiosidade e monumentalidade, em termos de espaço, e de espectacularidade, que exigem que se faça dele um polo de atracção científica, pedagógica, cultural, recreio e lazer, de referência e de projecção internacional. Neste propósito tenho vindo a divulgar amplamente a real importância científica, pedagógica, e cultural deste património natural e a lembrar que estas potencialidades constituem um grande atrator turístico, acrescentado pela proximidade do Santuário de Fátima.

Os próximos passos a dar são: primeiro, procurar convencer as entidades que o tutelam a encontrarem meios para fazerem nascer um projecto a ser “pensado em grande”, compatível com as características que o distinguem a nível mundial, e, logo a seguir, procurar conseguir que as mesmas entidades encontrem os meios necessários à sua execução.

Com o mesmo propósito, lancei, em 14 do passado mês de Agosto, uma Petição Pública que, em apenas 20 dias, ultrapassou as 7500 assinaturas exigidas para que o assunto chegue ao plenário da Assembleia da República. ■

O link da Petição:

<https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT113355>

O autor escreve segundo o anterior acordo ortográfico



O que fica igual e o que muda

• **Matia Losego**

Amnistia Internacional Portugal

O início dum novo ano letivo, já sabemos, é altura de recomeços. Se olharmos com mais atenção percebemos que há coisas que ficam iguais e outras que mudam, e talvez até haja algo de belo nisto. Não muda a dificuldade em voltar às rotinas, a preparação dos materiais, as correias da manhã e os compromissos e projetos que, mais rápidos do que a sua sombra, começam a acumular-se. Mudam os horários, as salas e, por vezes, as turmas e as caras das pessoas que começamos a ver todos os dias e que nos irão acompanhar ao longo deste ano de escola.

Por cá, no Departamento de Juventude e Educação para os Direitos Humanos da Amnistia Internacional Portugal, continuamos firmes no apoio a docentes e escolas em levar os direitos humanos e o ativismo para as comunidades educativas. Para isto, ouvindo os professores que trabalham connosco e os jovens ativistas que participaram no Encontro de Jovens Ativistas em julho deste ano e que respondem às nossas chamadas de ação, preparamos um conjunto de propostas que vale a pena explorar.

Desde a [Academia Amnistia](#), que oferece cursos gratuitos autogeridos, cursos acreditados para a formação contínua de docentes e cursos acreditados feitos à medida de agrupamentos e centros de formação de professores

até aos recursos educativos e aos [manuais](#), disponíveis gratuitamente em .pdf e por envio em papel, a Amnistia procura responder a necessidades concretas de forma responsável e progressiva.

Este ano queremos destacar o convite a juntarem-se à [Rede de Escolas da Amnistia Internacional](#), um espaço informal para promover o ativismo em contextos educativos, sem qualquer compromisso mínimo, nem custos associados. Pode fazê-lo preenchendo este breve [formulário](#). A Rede de Escolas envia regularmente propostas educativas que juntam atividades de educação para os direitos humanos e ações de ativismo e é o canal privilegiado para receber informações em primeira mão acerca da [Maratona de Cartas](#), o maior evento mundial de ativismo para os direitos humanos que salva vidas e arranca já em novembro. Sempre que possível estamos também disponíveis para desenhar e implementar uma ou mais sessões de Educação para os Direitos Humanos graças ao apoio da nossa Bolsa de Facilitadores EDH. Para solicitar uma sessão, mesmo para crianças mais pequenas, basta consultar esta [página](#) e preencher o formulário.

Abrindo o olhar para o mundo percebemos que esta dinâmica do que fica igual e do que muda também se repete. A guerra na Ucrânia continua a

flagelar o país, o seu povo e a Europa, a repressão na Rússia escalou e, em paralelo, a cada verão, mesmo em Portugal, sofremos cada vez mais com as consequências das alterações climáticas. Precisamos de respostas políticas, baseadas nos direitos humanos, que saibam responder a todos estes desafios para que haja uma mudança e para continuar a proteger as pessoas. Para além de proteger as pessoas é necessário também proteger a sua liberdade de expressão, de associação e manifestação pacífica, pois é esta liberdade que, ao longo da História, demonstrou ser o motor da mudança e da promoção dos direitos humanos. Por isso a Amnistia Internacional lançou este verão a sua nova campanha global [Protege a Liberdade](#), que visa acabar com o uso da força para a repressão de manifestantes, a regulamentação das medidas legislativas que silenciam os movimentos sociais e um maior controlo no que diz respeito à vigilância de ativistas. A campanha está a ser implementada em todo o mundo e irá acompanhar-nos nos próximos anos. Entre o que muda e o que não muda, com certeza, o trabalho da Amnistia Internacional em prol dos direitos humanos, e o seu apoio a quem traz os direitos humanos em contextos educativos, não irá mudar.

Conte connosco! ■

O deserto do herói

Joseia Matos Mira

Edições Colibri. Abril de 2022



• António Avelãs

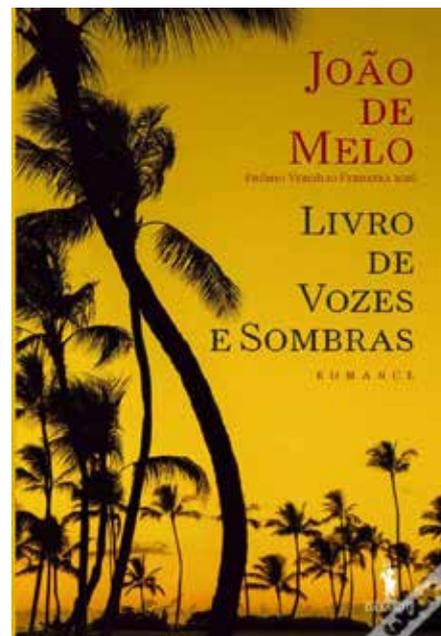
Joseia Matos Mira, pseudónimo de Maria José Matos Mira, sócia do SPGL, teve a amabilidade de oferecer ao Escola Informação um exemplar do seu romance *O Deserto do Herói*. Um romance onde a ficção científica (o jogo entre o terreno (?) Paralellus I e o extraterreno Paralellus II) nos vai conduzindo entre a denúncia radical e pessimista do “estado” a que os erros dos humanos conduziram (conduzirão) o planeta e a criminosa desumanização do Paralellus II – os seres transformados em máquinas e sombras – que, apesar de tudo, fazem desejar o regresso ao planeta terrestre. Atravessa este romance um cuidado jogo entre a denúncia dos perigos que a sociedade (e o próprio planeta) atravessa – o ambiente é despótico e cruel, as condições de

vida degradaram-se –, a crítica ao mau uso das tecnologias que desumanizam e uma ténue esperança de salvação que persiste nos Heróis deste deserto, personificados no regresso de Ulisses (o imortal que acaba prescindindo da sua imortalidade, isto é, humanizando-se), mas também Jameia que, de certo modo, faz a ponte entre os dois mundos – figura que nos remete para a médica não cega do “Ensaio sobre a Cegueira”. Humanização que não prescinde do amor físico, carnal, que o Paralellus II decidira abolir, que envolve Ulisses e Helena.

Ao longo do romance – e sempre envolvendo Ulisses – a autora vai revisitando momentos marcantes (fastos ou nefastos) da nossa história real ou traduzida em mitologia: a guerra de Tróia, os deuses gregos, mas também o papel de Cristo, o Sermão da Montanha, os mortais jogos circenses de Roma, as pestes, os filósofos, as guerras, o nazismo, entre outros momentos nos quais o humaníssimo Ulisses nos interroga: como fomos capazes de destruir uma história que fomos construindo humanizando-nos?

Em *O Deserto do Herói*, magia, mistério, realidade interpenetram-se, aqui e ali aproximando-nos de um Harry Potter mas também do que poderíamos chamar de realismo fantástico.

Um romance que vale a pena ler, até porque não nos deixa nada tranquilos quanto ao nosso futuro coletivo. Mas que nos confronta com a necessidade de não perder a esperança de construir um futuro onde a humanização se afirme. ■



Livro de Vozes e Sombras vence prémio Urbano Tavares Rodrigues 2021

O romance *Livro de Vozes e Sombras*, de João de Melo, foi distinguido com o prémio Urbano Tavares Rodrigues 2021 (prémio instituído pela FENPROF com o apoio da SABSEG). Paulo Sucena, membro do júri, definiu esta obra de João de Melo como “um romance transversal, desde os senhores do poder aos trabalhadores desprotegidos, passando por intelectuais e por líderes da classe trabalhadora, pelo lado açoriano” (...) “que exalta a resistência do povo democrático” (face à ação terrorista da FLA).

No próximo número do EI publicaremos a intervenção de Paulo Sucena justificativa da atribuição do prémio. ■



Consulte a nossa página em

www.spgl.pt



Almerinda Bento
M.A.G. do SPGL

Cimeira da ONU

Transformar a Educação



No dia em que escrevo este texto está a decorrer em Nova Iorque o último de três dias da 1ª Cimeira da ONU para a Transformação da Educação. Convocada por António Guterres, tem como objectivos fomentar a acção para mais igualdade, inclusão e qualidade educativas, tendo em conta as consequências devastadoras das perdas nas aprendizagens decorrentes da pandemia. A própria designação – Transforming Education Summit – e o âmbito que tem (todos os chefes de estado de todo o mundo foram convidados a participar) mostra bem a importância que esta cimeira tem. Ou que deveria ter. É verdade, o Ministro

da Educação esteve presente em representação de Portugal e António Costa passou hoje também pela cimeira, mas folheio os jornais dos últimos dias e acompanho os telejornais à espera de uma nota que dê conta deste evento extraordinário e nada. Os funerais da rainha são A notícia.

No JL/Educação nº 1335 (7 a 20 de Setembro de 2022) o ministro João Costa escreve um texto sobre este tema em que fala de *“uma cimeira que agrega responsáveis políticos, professores, académicos e estudantes de todo o mundo para que se firme um novo contrato social que assuma a emergência da educação enquanto resposta aos principais desafios glo-*

bais.” A Internacional da Educação presente nesta Cimeira, seguindo os seus objectivos e representando associações profissionais e sindicais de docentes de todo o mundo, desenvolveu um processo preparatório desta importante iniciativa global e elaborou um documento centrado nas palavras-chave INVESTIR, ENVOLVER, CONFIAR nos PROFESSORES.

• INVESTIR em professores/as qualificados. Valorizá-los, apoiá-los, remunerá-los condignamente, dar-lhes um trabalho equilibrado e com condições, de modo a proporcionar-lhes bem-estar físico e mental. INVESTIR na profissão. As respostas de curto prazo, como contratar

peçoal sem qualificações irá trazer consequências e impactos negativos no futuro das crianças.

• ENVOLVER os/as professores/as. Os professores e o pessoal de apoio são o coração de sistemas educativos de sucesso. O trabalho do professor na sala de aula permite-lhe ser quem melhor está posicionado para identificar e avaliar os problemas e encontrar as melhores soluções. São as pessoas-chave para transformar, planear e propor soluções. Há que reforçar os mecanismos de diálogo social e garantir o direito de associação e negociação colectiva.

• CONFIAR nos/as professores/as. Os professores devem ter qualificações e, como profissionais,

os seus saberes, competências e especialização devem ser respeitados. Há que confiar no profissionalismo docente e nas tomadas de decisão dos professores enquanto profissionais. Há que garantir-lhes a autonomia profissional e a liberdade académica e, aos educadores, há que dar o poder

E o governo de António/João Costa valoriza os professores? Como contraria a desmotivação crescente de professores que não vêem o seu esforço e as suas carreiras valorizadas, bloqueados num percurso em que as quotas e constrangimentos lembram a personagem do romance de Kafka que nunca consegue chegar ao Castelo?

para serem agentes de transformação. A designação desta Cimeira da ONU é de facto ambiciosa: Transformar a Educação. Um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a alcançar até 2030 – uma Educação de Qualidade para Todos – é também ele profundamente ambicioso, sobretudo se olharmos para o estado do mundo, para as desigualdades e os recuos efectivos que ocorreram com a pandemia, os riscos para a democracia resultantes do aumento das autocracias e a viragem à direita em tantos países no mundo. A Escola Pública portuguesa vive um enorme desafio. Não só necessidade de rejuvenescimento, mas de dignificação do seu corpo docente, que tem sido vilipendiado, maltratado e desvalorizado sobretudo desde os anos em que Maria de Lurdes Rodrigues foi ministra da Educação. A certa altura do seu artigo no JL/Educação a que acima me refiro, o ministro

João Costa refere “*Infelizmente, vivemos tempos em que muitas famílias não valorizam suficientemente os professores.*” E eu pergunto: E o governo de António/João Costa valoriza os professores? Como contraria a desmotivação crescente de professores que não vêem o seu esforço e as suas carreiras valorizadas, bloqueados num percurso em que as quotas e constrangimentos lembram a personagem do romance de Kafka que nunca consegue chegar ao Castelo? Quando começarão as autoridades educativas a olhar para os professores e para as suas organizações sindicais sem ser com desconfiança e preconceitos? Há dois anos, os sindicatos da FENPROF comemoraram o 5 de Outubro, Dia Internacional do Professor, no Porto, em plena pandemia. Na altura, foi exibido um filme produzido pela Internacional da Educação com mensagens de professores de todo o mundo.

A diversidade das realidades locais era patente, mas havia traços comuns em todos os discursos. A indispensabilidade dos professores para o futuro democrático das sociedades e o papel fulcral dos professores e da escola pública no período da pandemia. Nada substitui a presença do professor nas aprendizagens das crianças e dos jovens. Os governos desvalorizam a importância dos professores como agentes de transformação e modernização das sociedades. Até que ponto estas mensagens de tantos professores presentes na Cimeira da Educação em Nova Iorque serão ouvidas pelos governantes aí presentes? Será que os professores em todo o Mundo têm noção da sua importância enquanto classe, da sua força e da sua capacidade para TRANSFORMAR a Educação? ■

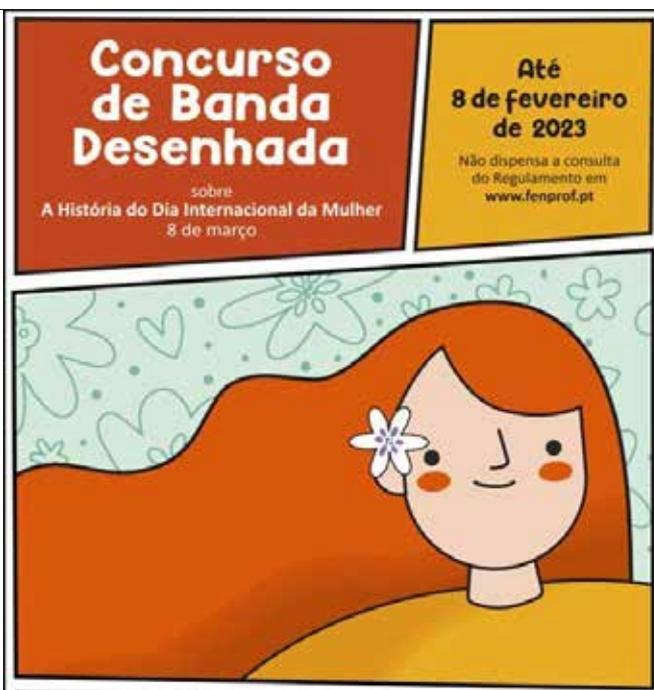
19 de Setembro de 2022

FENPROF lança Concurso para uma BD sobre o Dia Internacional da Mulher

Este é um dia com história e um dia de luta. Para assinalá-lo, a FENPROF, para além de participar nas múltiplas iniciativas que envolvem o movimento sindical, decidiu lançar um desafio a crianças e jovens de todos os níveis de educação e ensino. Trata-se da realização de um concurso para a criação de Bandas Desenhadas que contem a história do 8 de março até à sua consagração como Dia Internacional da Mulher.

O Concurso decorrerá durante o próximo ano, até **8 de fevereiro de 2023** e a **divulgação dos resultados será feita no dia 8 de março** desse ano, após a votação que será realizada pela população escolar de 15 a 23 de fevereiro.

Consulta o [Regulamento do Concurso](#) e divulga-o junto das comunidades escolares!



Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9129
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•**Caldas da Rainha**
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•**Torres Vedras**
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•**Abrantes**
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•**Santarém**
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•**Tomar**
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•**Torres Novas**
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•**Setúbal**
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Telef.: 265 228 778
Fax: 265 525 935
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•**Barreiro**
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•**Almada**
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

Manter a memória viva é preciso

EN2 - Também houve momento de homenagem



Na viagem pela Estrada Nacional 2, realizada pelo Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL (DA/SPGL), relembremos (após a paragem em Santa Comba Dão, terra natal de António Salazar, principal obreiro do Estado Novo, período da História de Portugal a não esquecermos para que não deixemos que se repita) um pouco da vida e obra do sócio do SPGL, António Borges Coelho, e ouvimos o seu poema “Até logo”, dedicado à sua mulher.

António Borges Coelho nasceu em Murça, Trás-os-Montes, em 1928. Professor catedrático, jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde participou em numerosos júris de provas de mestrado, de doutoramento e de agregação e orientou inúmeras teses de mestrado e de doutoramento.

António Borges Coelho é hoje um dos historiadores portugueses mais prestigiados, com diversos livros publicados sobre a História Medieval e começo da Idade Moderna, com estudos pioneiros sobre a inquisição portuguesa, com uma coletânea de textos árabes sobre a ocupação muçulmana daquilo que viria a ser o território de Portugal – Portugal na Espanha Árabe. Continua a dedicar-se com o mesmo entusiasmo à investigação e à divulgação daquilo que não é possível dissociar do seu nome: a História.

António Borges Coelho é autor de uma vasta e riquíssima bibliografia, em que se inclui também a poesia, o teatro e a ficção, e participou em diversos congressos e reuniões científicas, nomeadamente em Espanha e no Brasil. Em 2018 recebeu o Prémio da Universidade de Lisboa e a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, atribuída pelo Presidente da República e no dia 31 de maio de 2019 a Medalha de Mérito Cultural atribuída pelo Ministério da Cultura. António Borges Coelho dedicou a sua juventude à oposição ao regime do Estado Novo e foi preso pela PIDE. Esteve nas prisões do Aljube e de Peniche.

Aqui vos deixamos o poema da sua autoria “**Até Logo**”, dedicado a sua esposa Isaura com quem casou no Forte de Peniche onde esteve preso seis anos, seis meses dos quais em total isolamento.

Há oito meses dissemos:

- Até logo!

*Era uma tarde fria de Novembro
uma tarde como qualquer outra
gente regressando a casa do trabalho
lancheiras malas rugas profundas no
rosto.*

*Se houvesse malas de mão
para a saudade a desventura
não havia malas no mundo que
[chegassem...]*

*Era uma tarde fria de Novembro.
Não sei se alguém sorriu
do beijo que trocámos.*

- Até logo - disseste.

*Depois passaram oito meses
os meses mais compridos que tenho
[encontrado.*

Que pensamentos levava comigo?

*Sei que disseste «até logo»
E era como se levasse as tuas mãos
Abertas sobre o meu peito.*

*Pensava
que só nas despedidas breves
por horas*

*se dizia «até logo»
como a alguém que parte
«boa viagem»*

*ou ao nosso companheiro
«bom trabalho».*

*Mas já passaram oito meses
duzentos e quarenta dias
cinco mil e setecentas horas.*

*Porque disseste
«Até logo»?*

*[Se eu não soubesse
aprenderia que na minha pátria
os namorados dizem «até logo»
e estão meses anos
por vezes não voltam mais.*

*Fecham-nos
atrás de grades de ferro
espancam-nos*

*matam-nos devagar
e não permitem que apareçam
«logo».*

*Amiga
o ódio que trago armazenado
destas noites de insónia e abandono
dou-o à luta.*

*Mas temos que sofrer
sofrer deveras. Até que um dia
Os homens cantarão livres como*

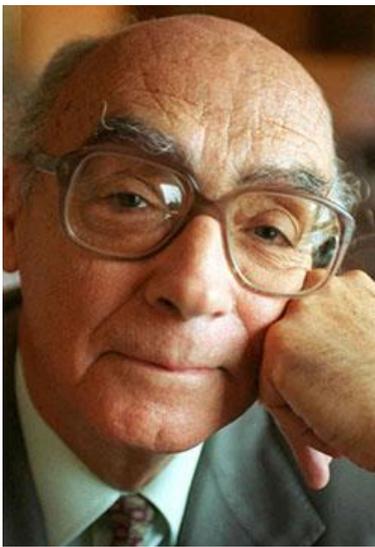
*[os pássaros
os namorados beijarão sem pressa
e as palavras «até logo»
quererão dizer simplesmente
«até logo»*

Poderá ouvir o poema no seguinte link:

[- Até Logo | Poema de António Borges Coelho com narração de Mundo Dos Poemas](#)
[- YouTube: ■](#)

“O meu livro quer outro livro”

Comemoração do Centenário de José Saramago



No ano em que se comemora o centenário de José Saramago, escritor português galardoado com o prémio Nobel de Literatura em 1998, o Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL realizou, no dia 9 de junho, **uma visita guiada à exposição “Vida e Obra de José Saramago”** na Fundação José Saramago e, no dia 21 de setembro, **uma visita guiada à Exposição “A oficina de Saramago”** na Biblioteca Nacional de Portugal, e o visionamento do **filme “José e Pilar” na Fundação Saramago**.

No próximo dia 6 de outubro faremos a **Rota Memorial do Convento**, numa iniciativa conjunta com a Fundação Saramago, num itinerário original em forma de rota cultural e histórica convertida num eixo aglutinador de momentos e monumentos históricos e paisagísticos do século XVIII entre Lisboa e Mafra. ■



Breve apontamento sobre a Visita Guiada à Exposição A Oficina de Saramago - Biblioteca Nacional,

Uma visita organizada pelo Departamento Aposentados do SPGL, que juntou muitos colegas em encontro cultural e agradável convívio, para homenagear o nosso Prémio Nobel da Literatura José Saramago.

Comoveu-me o que vi: os livros, as imagens e os escritos de uma história de vida singular e de um percurso literário perseverante que nos mostram a consistência de um sonho que se realizou. E a todo este acervo se deu o nome: *A Oficina de Saramago*. Porquê “oficina”? Dei por mim perguntando. Na verdade, a palavra “oficina” remete-me para um lugar de trabalho, normalmente associado a um espaço onde se consertam máquinas ou utensílios através de um *saber fazer* manual ou mecânico. Mas a ideia de “oficina” associada à escrita fixou-se em mim, guiou-me na compreensão do título da Exposição e, em presença dos materiais expostos - fruto de uma vida de

trabalho literário do escritor -, não tive dúvidas que *A Oficina de Saramago* é um relevante testemunho do Homem e da sua Obra que, pela sua ação dedicada e persistente, imprimiu uma conceção de escrita literária ligando na sua narrativa a motivação estética e a ética do trabalho criativo.

Ou seja, José Saramago revela-se-nos um escritor atento ao mundo do seu tempo e, partindo da realidade existencial, dos sentimentos individuais e coletivos, e dos sonhos que as suas personagens semeiam, dá vida às histórias que conta, conferindo-lhes uma dimensão humanista e um sentido crítico em relação à sociedade e aos humanos, imbuídos de uma grandeza universal que fazem a sua obra única: ***A nossa grande tarefa está em conseguir tornar-nos mais humanos.*** Obrigada, José Saramago! ■

Maria José Maurício

Exposição de **FOTOGRAFIA** RUI GAGEIRO

ESPAÇO ABC
Galeria SPGL



Nasceu em Sacavém a 9 de Setembro de 1967 tendo crescido no mundo das fotografias, dos livros, das exposições e do laboratório a preto e branco. Foi um percurso a apreender inconscientemente noções de composição, a interpretação da luz e a sentir a força das imagens na forma e no conteúdo. Em 1986 faz as primeiras colaborações na imprensa no jornal "Semanário". Já como fotoperiodista profissional trabalhou no jornal diário "Europeu", na fundação do "Público", no "Tal & Qual", na primeira newsmagazine "Sábado", na TV Guia Editora e na revista "Flash".

Trabalhou para o Serviço ACARTE da Fundação Calouste Gulbenkian onde fotografou espectáculos de dança, exposições, teatro e performances. O seu trabalho tem passado por diversas áreas distintas como o fotojornalismo, a fotografia em estúdio, o retrato, o universo televisivo, a moda, a música, food photography, etc. Desde o início de actividade tem publicado em livros e em inúmeras revistas e jornais. O seu estilo atento e emotivo revela também uma grande preocupação estética em tudo o que fotografa.



Fotos: Joana Rodrigues

| DE 29 DE SETEMBRO A 10 DE NOVEMBRO DE 2022 |

Legislação

I Série

▪ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2022**

Autoriza a realização da despesa relativa aos contratos de cooperação a celebrar no âmbito da educação especial, para o ano letivo de 2022/2023

▪ **Decreto-Lei n.º 39/2022**

Altera o regime dos cursos de especialização tecnológica

▪ **Decreto-Lei n.º 41/2022**

Estabelece o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença

▪ **Lei n.º 12/2022**

Orçamento do Estado para 2022

▪ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2022**

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios financeiros decorrentes da celebração de contratos de associação

▪ **Decreto-Lei n.º 48/2022**

Aprova medidas excepcionais e temporárias para a satisfação de necessidades de recrutamento de docentes para o ano escolar de 2022-2023

▪ **Portaria n.º 182/2022**

Procede à segunda alteração da **Portaria n.º 224-A/2015**, de 29 de julho, que define o regime de concessão do apoio financeiro por parte do Estado às entidades titulares de autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino artístico especializado

▪ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2022**

Autoriza a despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos-programa no âmbito do ensino profissio-

nal para o ciclo de formação de 2022-2025

▪ **Portaria n.º 184/2022**

Procede à primeira alteração à **Portaria n.º 183/2020**, de 5 de agosto, que cria os cursos de Português Língua de Acolhimento, designados «cursos PLA»

▪ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2022**

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos de patrocínio, no âmbito do ensino artístico especializado

▪ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2022**

Prorroga as ações específicas do Plano 21|23 Escola+

▪ **Declaração de Retificação n.º 19/2022**

Retificação à **Lei n.º 12/2022**, de 27 de junho, «Orçamento do Estado para 2022»

▪ **Portaria n.º 198/2022**

Regulamenta as condições específicas de concretização da medida da gratuitidade das creches e creches familiares, integradas no sistema de cooperação, bem como das amas do Instituto da Segurança Social, I. P.

▪ **Decreto-Lei n.º 53/2022**

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2022

▪ **Declaração de Retificação n.º 21/2022**

Retifica a **Portaria n.º 198/2022**, de 27 de julho, que regulamenta as condições específicas de concretização da medida da gratuitidade das creches e creches familiares, integradas no sistema de cooperação, bem como das amas do Instituto da Segurança Social, I. P.

▪ **Portaria n.º 206/2022**

Define as condições de funcionamento dos cursos de especialização tecnológica, bem

como o modelo e as condições de emissão dos respetivos certificados e diploma

II Série

▪ **Despacho n.º 7870-E/2022**

Aprova a tabela de retenção na fonte n.º VII sobre pensões a aplicar a partir de 1 de julho relativamente aos rendimentos de pensões auferidos por titulares residentes no continente

▪ **Despacho n.º 8356/2022**

Aprova o calendário escolar, para os anos letivos de 2022-2023 e de 2023-2024, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames

▪ **Despacho n.º 8564-A/2022**

Aprova as alterações às tabelas de retenção na fonte, que se encontram em vigor para o continente no ano de 2022, relativamente aos rendimentos de trabalho pagos ou colocados à disposição a partir de 1 de julho de 2022

▪ **Declaração de Retificação n.º 629-A/2022**

Retifica o **Despacho n.º 8564-A/2022**, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 133, 2.º suplemento, de 12 de julho de 2022

▪ **Despacho n.º 9227/2022**

Estabelece as normas de funcionamento do Desporto Escolar no âmbito do Programa Estratégico do Desporto Escolar 2021-2025

▪ **Despacho n.º 9514/2022**

Altera o **Despacho n.º 7424/2018**, de 6 de agosto - estabelece regras no âmbito do reconhecimento da profissionalização em serviço mediante a conclusão, com aproveitamento, do curso de profissionalização

em serviço ministrado pela Universidade Aberta

▪ **Despacho n.º 9932/2022**

Procede à primeira alteração ao **Despacho n.º 12009/2021**, de 7 de dezembro, e à autorização de lançamento de avisos para apresentação de candidaturas para o ano letivo de 2022/2023

▪ **Declaração de Retificação n.º 712/2022**

Retifica o **Despacho n.º 9514/2022**, de 27 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 149, de 3 de agosto de 2022

▪ **Despacho n.º 10574/2022**

Fixa, para o ano de 2022, as vagas para a progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário

▪ **Despacho n.º 10914-A/2022**

Fixa os requisitos de formação adequada às áreas disciplinares dos grupos de recrutamento para a seleção de docentes em procedimentos de contratação de execução do artigo 161.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto

▪ **Despacho n.º 11218/2022**

Autoriza o lançamento de avisos de abertura de candidaturas para o ano letivo de 2022-2023 destinados ao financiamento dos cursos profissionais e dos cursos educação e formação de jovens

▪ **Despacho n.º 11225/2022**

Redes de cursos do ensino português no estrangeiro da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para o ano letivo de 2022-2023 e do ensino superior e organismos internacionais para o ano letivo de 2022-2023 e 2023

Concursos do pessoal docente dos ensinos Básico e Secundário (5ª parte)

Na sequência das últimas quatro rúbricas do “Escola Informação”, que tem tido como tema o regime jurídico de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário, nesta vou abordar a matéria relativa às “Necessidades temporárias”.

Esta matéria encontra-se tutelada nos artigos 25º a 27º do mesmo D.L. nº 132/2012, de 27 de julho, alterado e republicado pelo D.L. nº 83-A/2014, de 23 de maio e alterado pelos Decretos-leis nº 9/2016, de 7 de março pela Lei nº 12/2016, de 28 de abril e pelo D.L. nº 28/2019, de 15 de março.

Dos referidos normativos resulta que as referidas necessidades temporárias são as que resultam “... da não satisfação pelos concursos interno e externo, das variações anuais de serviço docente e as correspondentes à revogação automática dos horários da mobilidade interna.”

Nos casos da verificação de necessidades temporárias dos estabelecimentos de ensino, os docentes são ordenados em função da respetiva graduação profissional e de acordo com a sequência que se passa a indicar:

- Os docentes de carreira a quem não é possível atribuir, no mínimo, seis horas de componente letiva;
- Os docentes de carreira que se encontram vinculados a um quadro de zona pedagógica aos quais é impossível atribuir, no mínimo, seis horas de componente letiva;
- Os docentes de carreira que exercem funções nos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas que queiram exercer, **de forma transitória**, funções docentes noutra agrupamento ou escola não agrupada;
- Finalmente, os docentes que não foram colocados no concurso externo e os candidatos à contratação inicial.

No que diz respeito ao procedimento das colocações relativas às necessidades temporárias em causa, o legislador determina que as mesmas podem abranger horários completos e incompletos, sendo que é a Direção-Geral da Administração Escolar que as recolhe no âmbito de proposta apresentada pelo órgão da Direção das Escolas ou das Escolas Agrupadas.

O supra referido procedimento é da competência do Diretor-Geral da Administração Escolar com o objetivo de “... garantir a correta utilização dos recursos humanos docentes.”

O artigo 27º do diploma legal em causa determina ainda que é a Direção-geral da Administração Escolar (DGAE) que procede ao preenchimento dos horários (a nível nacional) pelos docentes supra referidos.

No caso de se manterem necessidades temporárias, já após a colocação supra referida, estas **deverão ser satisfeitas através da colocação de docentes pela ordem constante do supra referido artigo 26º do diploma legal em questão e de acordo com os procedimentos a que se reporta o seu artigo 37º** que tutela o procedimento relativo à “Reserva de recrutamento”.

Na sequência e no âmbito desta matéria, na próxima rúbrica do “Escola Informação” abordarei o quadro legal que tutela a “Mobilidade interna do pessoal docente.”

Para qualquer esclarecimento adicional poderão os docentes contactar o serviço de Apoio a Sócios do SPGL.



OUTUBRO 2022

**Dia
Mundial
do Professor**

PLENÁRIO NACIONAL

**Professores e Educadores:
respeito pela profissão,
pela carreira e pelos
direitos!**

Combate à Precariedade
Valorização da Profissão
Rejuvenescimento
Carreira atrativa e Horários
Justos
Aposentação digna

**LISBOA
4 OUT – 15h00**

**frente à escadaria da
Assembleia da República**

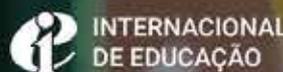
ANIMAÇÃO MUSICAL

Momentos Culturais.
Participação de vários parceiros
da comunidade educativa.

Organização:



Apoio:



INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO